

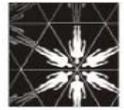
MESTRADO EM CIÊNCIAS
AMBIENTAIS E SAÚDE

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SAÚDE

RESILIÊNCIA EM JOVENS ABRIGADOS

JULIANA BURGO GODOI ALVES

GOIÂNIA - GOIÁS
2014



MESTRADO EM CIÊNCIAS
AMBIENTAIS E SAÚDE

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SAÚDE

RESILIÊNCIA EM JOVENS ABRIGADOS

JULIANA BURGO GODOI ALVES

ORIENTADOR: Prof. Dr. Luc Vandenberghe

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Saúde, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais e Saúde.

GOIÂNIA - GOIÁS
2014

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

A474r Alves, Juliana Burgo Godoi.
Resiliência em jovens abrigados [manuscrito] / Juliana Burgo Godoi Alves. – 2014.
92 f. : il. ; grafs. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Mestrado em Ciências Ambientais e Saúde, 2014.

“Orientador: Prof. Dr. Luc Marcel Adhemar Vandenberghe”.

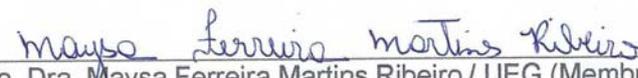
1. Abrigos para jovens. 2. Resiliência (Traço da personalidade) em adolescentes. 3. Adolescência. I. Título.

CDU 364-787.424-053.6(043)



DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SAÚDE
DEFENDIDA EM 07 DE ABRIL DE 2014 E CONSIDERADA
aprovada PELA BANCA EXAMINADORA:

1) 
Prof. Dr. Luc Marcel Adhemar Vandenberghe / PUC Goiás (Presidente)

2) 
Profa. Dra. Maysa Ferreira Martins Ribeiro / UEG (Membro Externo)

3) 
Profa. Dra. Cejane Oliveira Martins Prudente / PUC Goiás (Membro)

4) _____
Profa. Dra. Maira Barberi / PUC Goiás (Suplente)

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a minha família, meu orientador e mentor, a Casa Talitha Kum e ao Rancho Novo Horizonte.

Ao meu esposo, Ricardo Luiz Alves, agradeço pelo amor e dedicação desprendidos a mim. Obrigada por me incentivar durante todos os dias de nossa caminhada juntos. Estou aqui graças a você que me deu forças para não desistir e me incentivou a atingir meus objetivos. É um privilégio estar ao seu lado nesta existência e compartilhar dos mesmos ideais de vida. Você me ensinou a olhar o mundo e as situações cotidianas de forma única, sempre considerando as necessidades individuais e coletivas. Muito obrigada!

Aos meus pais, Diego e Vioeste, dedico este trabalho por terem me recebido neste planeta como sua filha, por terem dedicado toda sua existência e suas forças. Hoje estou aqui por seus esforços, dedicação e seus sonhos. Muito obrigada por permitirem a minha vida e pelo desprendimento de todos os dias, espero um dia poder retribuir tanta dedicação e desprendimento. Obrigada.

Aos meus irmãos, Kellynha e Dieguinho, sempre caçulinhas. Agradeço por me tolerarem, as broncas são para auxiliá-los e não para entristecê-los, são baseadas no amor e nos cuidados desprendidos a vocês. Obrigada por fazerem parte dos momentos mais felizes desta vida. Núbia, cheguei aqui por sua dedicação e amor, obrigada por me amar incondicionalmente. Você é uma das principais responsáveis pelas minhas conquistas. Todos vocês fazem parte das minhas alegrias, dos melhores abraços, dos melhores sorrisos e gargalhadas. É um privilégio compartilhar da mesma família que vocês, porque somos uma família de verdade.

Aos meus sobrinhos, Matheus, Gabriel, Vinícius e Pedro Henrique, tesouros preciosos da minha existência. Matheus e Gabriel foi em um domingo a tarde, no campeonato de xadrez que nasceu a ideia deste trabalho, vocês fazem parte de tudo isso. Obrigada!

A minha cunhada, Marise, obrigada pela acolhida, pelas longas conversas e pelo carinho que me trouxe conforto num momento peculiar da minha vida.

Ao meu avô, Roberto, que há tanto tempo não vejo, que saudade. Muito obrigada pelas lindas lembranças de abraços e afagos. A saudade existe e é enorme.

Letícia, amiga querida, uma irmã em muitos momentos, você estará sempre comigo, sempre... Obrigada pelo abraço carinhoso e acolhedor, pela conversa e pelo sorriso sincero. Só posso escrever obrigada, mas é muito mais que isso.

Aos Juízes da Infância e Juventude e ao CEP da Pontifícia Universidade Católica de Goiás obrigada por confiar a nós parte da história de vida desses jovens. Esperamos podermos auxiliar no melhor acolhimento e na valorização desses jovens.

Este trabalho é dedicado **aos jovens e aos dirigentes do Lar Rancho Novo Horizonte e da Casa Talitha Kum** que participaram da construção deste trabalho. Em muitos momentos senti a mesma dor dos seus relatos e aprendi a valorizar ainda mais a família e o ser humano. Suas dores e alegrias mudaram o meu olhar para este mundo e para as pessoas. Vocês foram essenciais, consegui repensar valores, sentimentos e significados. Vocês fazem parte da minha história de vida, não serei mais a mesma depois de vocês... Muito obrigada pela doação.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Agradeço a todos os seres que sempre estão ao meu lado, durante toda minha eterna existência. Vocês me levantam e me guiam para o caminho do bem. Peço que me perdoem pelos tropeços, que são muitos, mas são tentativas de acertos. Deus, obrigada por este presente maravilhoso!

Ao professor, orientador e **mentor, Prof. Dr. Luc Vandenberghe**, pela atenção e cuidado dispensados a mim durante o período do mestrado, pela coerência, inteligência e ética. Mas especialmente, obrigada pela dedicação e paciência.

Às professoras Dr^a. Eline Jonas e Dr^a Cejane Oliveira Martins Prudente, obrigada pela disponibilidade e pelas contribuições no processo da Qualificação; e à professora Dr^a. Maysa Ferreira Martins Ribeiro, agradeço por aceitar prontamente o convite para compor a banca de defesa final da pesquisa.

Aos amigos e colaboradores: Xisto, Suely, Edilene, Vanessa, Murilo, Raquel e tantos outros, que me auxiliaram, e auxiliaram muito nesta caminhada. Obrigada pelo incentivo, dedicação e pelas conversas acolhedoras e estimulantes. Marisa, obrigada pela dedicação de sempre. Sempre serei grata a você. Querido Jader, agradeço por todo auxílio desprendido nesses anos, muito obrigada por tudo.

A todos os adolescentes, funcionários e dirigentes do Rancho Novo Horizonte e da Casa Talitha Kum. Obrigada pelo almoço saboroso e acolhedor de sempre.

Ao Edinaldo, Suely e Irmã Silvana pela disposição em ajudar. Vocês foram essenciais na realização deste trabalho e o trabalho que desempenham é admirável.

A todos que incentivaram meu ingresso no mestrado. Aos que fizeram e fazem parte da minha história de vida, muito obrigada.

“Pela prática verdadeira em sua vida diária,
o homem cumpre de fato a meta de toda religião,
qualquer que seja ela ou que nome tenha.”

(Dalai-Lama)

RESUMO

O abrigo, lar provisório, garante proteção às crianças e aos adolescentes impedidos de conviver com seus familiares. A função de acolher crianças e adolescentes tem sido transferida a estas instituições. O adolescente acolhido vivenciou situações traumáticas, seja por separação de sua família, perda de pai ou mãe, por espancamentos e abusos, que resultaram em momentos sem sustentação afetiva. Atitudes acolhedoras podem auxiliá-los, sendo essencial que as pessoas próximas possam dar sustentação afetiva, pois as vivências traumáticas podem deixar sequelas psicológicas e, mesmo físico-biológicas. O abrigo deve ser capaz de trabalhar as perdas, abandono, rupturas, violência e com o fato de que poderá ficar apenas por um tempo na casa de acolhimento. Este estudo buscou identificar e analisar recursos de superação desenvolvidos pelo jovem diante da vivência de momentos traumáticos. A Teoria Fundamentada nos Dados foi escolhida por permitir a extração de informações da realidade vivida do ponto de vista do participante, buscando descobrir o que ocorre nos ambientes de pesquisa e como é a vida dos participantes. Os dados foram coletados em duas instituições no estado de Goiás, durante a análise, percebeu-se que as vivências relatadas refletiam um percurso percorrido por cada jovem, descrito em cinco categorias, desde a retirada do seu ambiente de origem, sua chegada ao abrigo, até as possibilidades após sua saída, sendo, *Retirada de ambiente intolerável (com as subcategorias, A Família e O Jovem); Proteção e Recursos (com as subcategorias, Proteção contra agressões, drogas e jogos em rede; Recursos materiais; Acolhimento convívio e diversão; Mobilização de sentimento religioso; Propicia vida melhor); Oportunidade de Desenvolvimento (com as subcategorias, O valor do estudo; Envolvimento esportivo, cultural e artístico); Vínculos afetivos (com as subcategorias, Influência da família de passagem/provisória; Construção de vínculo com a escola e funcionários; Construção de laços afetivos; Manutenção de laços com a família de origem) e Possibilidade de Superação (com as subcategorias, Atividades cotidianas promovem amadurecimento; Contexto afetivo promove revisão dos vínculos com a família; Abrigo gera uma nova perspectiva de superação)*. Estas categorias estão sobrepostas e interligadas em vários momentos. A perspectiva que se impôs na análise dos dados mostra que os jovens valorizam e consideram que o abrigo é um ambiente acolhedor, capaz de proporcionar novas possibilidades e que as instituições proporcionam o contato com a família. Evidenciou-se que a proteção e os recursos, a oportunidade de desenvolvimento e os vínculos afetivos oferecidos ao jovem presente no contexto institucional estudado podem se configurar como tantos fatores de proteção para o desenvolvimento de adolescentes institucionalizados.

Palavra-chave: unidade de abrigo; resiliência; adolescência.

ABSTRACT

Shelters offer protection for children and adolescents that are relieved from family care. These institutions are legally authorized to foster the children and adolescents that have been placed in their care. Typically, adolescents experienced traumatic experiences, be it through the separation from their family, the loss of their parents, having suffered abuse and the resulting lack of affective support. Receptive attitudes and affective support can help overcome the psychological and physical sequels of the traumatic experiences. The shelter must be able to work with the losses due to abandon, ruptures, violence and with the perspective that the stay in the safe environment is only temporary. This study focuses the ways the adolescent develops to overcome trauma. A Grounded Theory analysis was chosen to examine lived experience from the point of view of the youths. The data were gathered in two institutions in the state of Goiás. During the analysis it became clear that the reported experiences reflected a pathway, constructed by each participant that could be described through five categories, starting with his or removal from his or her environment, his or her arrival at the shelter and his or her perspective to leave. The pathway includes: removal from an intolerable environment (with the subcategories Family and Youth); Protection and Resources (with the subcategories Protection against aggression, drugs and games; Material resources; Reception, welcoming and entertainment; Mobilization of religious sentiment; Sampling better life); Opportunities for development (with the subcategories, The value of studying; Involvement in sports, culture and arts); Affective bonds (with as subcategories, Influence from the foster family; Construction of a bond with the school or the employees; Construction of affective ties; Maintaining the ties with the family of origin) and Possibilities to surmount (with the subcategories, Daily activities promote maturity; Affective context promotes reevaluation of family ties; Shelter provides a new perspective). These categories are superposed and interlinked at various moments. The analysis of the data shows that the adolescents value the shelter and consider it a welcoming environment, that can provide new possibilities and that the institutions provide ways to catch up with their families. The protection and resources offered, the opportunities for development and the affective bonds that are offered to the adolescent in the institutional contexts where this study was done, can be seen as many protective factors for the development of placed adolescents.

Keywords: unit under; resilience; adolescence.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 APRESENTAÇÃO | 14 |
| 2 INTRODUÇÃO | 18 |
| 2.1 Características Ambientais das Unidades de Abrigo | 18 |
| 2.2 Características das Instituições Totais | 20 |
| 2.3 Acolhimento Institucional | 22 |
| 2.4 Desenvolvimento da Resiliência..... | 24 |
| 3 OBJETIVOS..... | i |
| 3.1 Objetivo Geral..... | 28 |
| 3.2 Objetivos Específicos | 28 |
| 4 MATERIAL E MÉTODO..... | 29 |
| 4.1 Tipo de Estudo | 29 |
| 4.2 Cenário e Ambiente de Pesquisa..... | 31 |
| 4.3 Participantes do Estudo | 32 |
| 4.4 Procedimentos | 33 |
| 4.4.1 Coleta de Dados | 33 |
| 4.4.2 Análise dos Dados..... | 35 |
| 4.5 Considerações Éticas..... | 36 |
| 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO | i |
| 5.1 Retirada de Ambiente Intolerável | 39 |
| 5.1.1 A Família..... | 39 |
| 5.1.1.1 Envolvimento de Familiar com Drogas | 39 |
| 5.1.1.2 Violência Contra o Jovem..... | 41 |
| 5.1.1.3 Abandono | 42 |
| 5.1.1.4 Impossibilidade de Cuidados..... | 43 |
| 5.1.1.5 Violência Familiar | 44 |
| 5.1.2 O Jovem | 45 |
| 5.2 Proteção e Recursos | 46 |
| 5.2.1 Proteção Contra Agressões, Drogas e Jogos em Rede | 47 |
| 5.2.2 Recursos Materiais | 48 |
| 5.2.3 Acolhimento, Convívio e Diversão | 49 |
| 5.2.4 Mobilização de Sentimento Religioso | 51 |
| 5.2.5 Propicia Vida Melhor..... | 52 |
| 5.3 Oportunidade de Desenvolvimento..... | 53 |
| 5.3.1 O Valor do Estudo..... | 54 |
| 5.3.2 Envolvimento Esportivo, Cultural e Artístico | 55 |
| 5.4 Vínculos Afetivos | 56 |
| 5.4.1 Influência da Família de Passagem/Provisória | 57 |
| 5.4.2 Construção de Vínculo com Escola e Funcionários..... | 58 |
| 5.4.3 Construção de Laços Afetivos Entre Internos..... | 59 |
| 5.4.3.1. Ajuda Mútua | 59 |
| 5.4.3.2 Amizade entre Internos..... | 60 |
| 5.4.4 Manutenção de Laços com a Família de Origem | 61 |
| 5.4.4.1 Aprofundamento de Vínculo com Irmão Internado Junto..... | 61 |

| | |
|---|-----------|
| 5.4.4.2 Frequentes Visitas com Família de Origem..... | 62 |
| 5.5 Possibilidade de Superação..... | 64 |
| 5.5.1 Atividades Cotidianas Promovem Amadurecimento | 64 |
| 5.5.2 Contexto Afetivo Promove Revisão dos Vínculos com a Família | 66 |
| 5.5.3 Abrigo Gera uma nova Perspectiva de Superação | 67 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | i |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | i |
| APÊNDICES | 79 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – O modelo: visão geral | 38 |
| Figura 2 – Retirada de ambiente intolerável..... | 39 |
| Figura 3 – Proteção e recursos | 47 |
| Figura 4 – Oportunidade de desenvolvimento..... | 54 |
| Figura 5 – Vínculos afetivos | 57 |
| Figura 6 – Possibilidade de superação. | 64 |

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|----------------|--|
| CAAE | Certificado de Apresentação para Apreciação Ética |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| TDF | Teoria Fundamentada nos Dados |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| CONEP | Conselho Nacional de Pesquisa com Seres Humanos |
| CONANDA | Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente |

1 APRESENTAÇÃO

Durante o período de crescimento e desenvolvimento, a criança recebe estímulos externos do ambiente e de pessoas que influenciam em seu desenvolvimento, pois o convívio interfere na formação da personalidade e caráter das mesmas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) surgiu a partir de um movimento de segmentos organizados da sociedade e foi elaborado para romper os laços históricos que aprisionam as crianças, os adolescentes e suas famílias às práticas punitivas, colocando a proteção integral como direito a ser assegurado (BRASIL, 1990).

O ECA tem como finalidade proteger crianças e adolescentes de agressões físicas e emocionais, garantindo a elas o direito à vida plena. O Estatuto incentiva medidas de proteção, como os abrigos, que garantem às crianças e aos adolescentes que não podem conviver com seus familiares por diversos motivos, um lar que tem como característica principal ser provisório e excepcional. Atualmente, tem sido transferida aos abrigos a função de acolher crianças e adolescentes, e é neste período que os pais sociais surgem, ou seja, na ausência ou incapacidade de acolhimento da família (ARRUDA, 2006).

O educador, neste caso, trabalha com perdas, abandono, rupturas, violência e com o fato do adolescente ficar apenas por um tempo na casa de acolhimento. Seu papel é crucial para um trabalho que muitas vezes é efêmero. Se o educador conseguir identificar no adolescente suas potencialidades poderá incentivá-lo nas atividades diárias e ao acreditar em sua capacidade pode levá-lo a desenvolver mecanismos de superação (SEQUEIRA, 2009).

Atualmente, a adolescência caracteriza-se como uma fase que ocorre entre a infância e a idade adulta, na qual há muitas transformações tanto físicas como psicológicas. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2004), a adolescência compreende o período entre os 10 e 19 anos de idade, desencadeado por mudanças corporais e fisiológicas provenientes da maturação fisiológica. No ECA, a separação entre criança e adolescente se funda no aspecto ligado a idade, definido como criança a pessoa que tem 12 anos incompletos e o adolescente o que se encontra na faixa etária dos 12 aos 18 anos de idade (BRASIL, 1990).

Este estudo propõe identificar os recursos desenvolvidos pelos adolescentes abrigados na superação emocional diante dos momentos traumáticos vivenciados. Dentre estes recursos, a resiliência é a capacidade de lidar com problemas e superar dificuldades. É o resultado de fatores protetores que predizem consequências positivas em crianças em situação de risco. Neste sentido, estudar a resiliência significa pesquisar experiências que foram efetivas e fortalecedoras frente à adversidade para identificar quais são esses fatores.

Os tutores afetivos, são responsáveis por promover o desenvolvimento da resiliência, oferecem apoio e acolhimento. A vinculação do tutor de resiliência ao adolescente ocorre de forma aleatória nas casas de acolhimento, ou seja, alguém se encanta com um adolescente por alguma característica e lhe oferece apoio afetivo de forma espontânea.

A observação de crianças e adolescentes que vivem em abrigos promoveu-me uma percepção da capacidade destes jovens em desenvolver recursos resilientes. Identifiquei nas instituições de acolhimento o quanto é difícil para os jovens o acolhimento institucional, pelo fato dos mesmos se encontrarem desprotegidos diante da dor ocasionada pelo trauma que resultou-lhes essa nova condição.

O adolescente acolhido vivenciou situações traumáticas, seja por separação de sua família, perda de pai ou mãe ou por espancamentos e abusos, que resultaram em momentos sem sustentação afetiva. Atitudes acolhedoras são essenciais para crianças e adolescentes que vivenciam situações de violência. Por isso é essencial que as pessoas próximas deem sustentação a esses adolescentes, para que consigam lidar com essa experiência traumática que muitas vezes deixam sequelas psicológicas e até mesmo físico-biológicas.

Partindo dessa premissa surgiu a seguinte questão norteadora dessa pesquisa: de que forma o abrigo pode ter um papel fundamental, atendendo às necessidades dos adolescentes, dando condições para que ele possa crescer e desenvolver-se, apesar das adversidades? Em torno deste questionamento, se torna fundamental conhecer os problemas que envolvem este processo, os recursos resilientes que auxiliam na superação de traumas vivenciados, a influência do abrigo através das relações afetivas com os adultos e com os outros adolescentes através da valorização e incentivo na interação com o meio, as atividades que promovem o

desenvolvimento destes jovens, preparando-os para os desafios do cotidiano e ajudando-os na superação dos problemas que vivenciaram.

Diante dos problemas existentes em relação às crianças, adolescentes e jovens que necessitam do abrigo, consideramos relevante uma pesquisa com o objetivo de identificar que compreensão os sujeitos abrigados têm acerca de seu ambiente e como desenvolver práticas cotidianas mais próximas de suas necessidades. Além disso, identificar como contribuir para possíveis intervenções junto às famílias dos abrigados e educadores auxiliando-os na (re)inserção dos adolescentes e oferecendo-lhes indicativos que possam gerar mudanças no interior do funcionamento do abrigo.

Essa possibilidade de estudar pessoas que conseguem viver processos resilientes e conhecer algumas condições facilitadoras de resiliência abre uma interessante perspectiva de estudo. Assim, surgiu o desejo de buscar o abrigo como mediador de resiliência e investigar uma população de jovens em situação de acolhimento institucional.

Dessa forma, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo, com as quais buscou-se construir dados qualitativos juntamente com a investigação a respeito da condição de vida de oito jovens do sexo masculino que vivem em um abrigo temporário na zona rural da cidade de Bela Vista de Goiás – GO e seis jovens do sexo feminino que vivem em uma casa abrigo na cidade de Goiânia-GO, zona urbana.

Para melhor apresentação da pesquisa a introdução dedica-se a uma revisão teórica que aborda os temas: Características Ambientais das Unidades de Abrigo, Características das Instituições Totais, Acolhimento Institucional e Desenvolvimento da Resiliência. O item material e método refere-se aos procedimentos de execução da pesquisa, descreve a análise dos dados coletados a partir do instrumento utilizado.

Apresenta-se ainda, a discussão dos resultados; todo resultado colhido neste trabalho tem o intuito de servir de indicativo na adoção de medidas que envolvam, principalmente, o contato institucional com a família de origem que diante de um momento de crise e trauma sofrido necessita de apoio para lidar com essa situação nova e inesperada, além da oferta de novas possibilidades de crescimento e desenvolvimento ao jovem acolhido institucionalmente. Por fim, as considerações finais apresentam os elementos significativos encontrados no estudo realizado.

Vale destacar que a relevância desta pesquisa está não somente em conhecer a vivência e o sentimento de jovens que vivem em abrigos e lares, mas, principalmente, em permitir que este conhecimento torne mais humano e acolhedor o profissional que gerencia o cuidar e assiste o jovem em acolhimento institucional, como tentativa de garantir que os danos psíquicos sejam minimizados.

2 INTRODUÇÃO

2.1 Características Ambientais das Unidades de Abrigo

Ao longo da história a maior parte de crianças abandonadas é encaminhada a unidades de abrigo. Assim, de acordo com estimativa da Secretaria de Assistência Social, existem no Brasil cerca de 200.000 crianças abandonadas, das quais 195.000 estão sendo atendidas por instituições chamadas de “unidades de abrigo”¹ (WEBER, 2002).

Nesse contexto se insere a estrutura organizada que recebe crianças e adolescentes em situação de abrigo, sendo historicamente descrita como deficiente² (SARTORELLI, 2004). Essas deficiências estão relacionadas principalmente aos efeitos danosos que o processo de institucionalização produz no desenvolvimento dessa população.

A partir desse posicionamento, Guirado (2004), examinou as decorrências da institucionalização sob dois aspectos: a internação como uma medida de atendimento oferecida às famílias desprovidas de recursos necessários para a criação de seus filhos e os prejuízos resultantes da institucionalização, destacando principalmente prejuízos afetivos. Desta forma, a institucionalização acaba atendendo às medidas protetoras da criança e do adolescente, mas não os atendendo emocionalmente em muitos momentos.

A chave para a compreensão e intervenção nas instituições pode estar na afetividade desprendida das pessoas que participam do cotidiano e nos profissionais envolvidos no atendimento diário aos internos.

O capítulo II do ECA, em seu artigo 15, define que a criança e o adolescente tem direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais, esses direitos são garantidos pela Constituição. No artigo 16 relata o direito à liberdade compreendendo aspectos como: ir, vir; opinião e expressão; crença e culto

¹ São locais em que crianças e jovens que impedidas de retornarem temporariamente ao convívio familiar, são internadas.

² A institucionalização pode causar mais danos do que benefícios, devido a convivência social ser limitada, invariabilidade do ambiente físico e de grupos, vigilância contínua, ausência de autonomia, esses fatores resultam na limitação da convivência social e na invariabilidade do ambiente físico não atendendo assim às necessidades dos jovens abrigados.

religioso; brincar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida familiar e comunitária. Assim, o ambiente institucional deve respeitar as prerrogativas do estatuto objetivando não causar mais danos do que benefícios aos internos (BRASIL, 1990).

Em seu artigo 17, o ECA abarca o direito ao respeito através da inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da integridade, das ideias e crenças e objetos pessoais. Sendo dever de todos velarem pela dignidade, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor, conforme artigo 18 (BRASIL, 1990). Partindo desse paradigma, as características do ambiente institucional devem impedir a limitação da convivência social, a invariabilidade do ambiente físico e de grupos de convivência e a falta de autonomia, permitindo aos adolescentes desenvolver uma autoestima que interfere de forma positiva em seu desenvolvimento.

Nessa acepção, De Antoni e Koller (2001) explicam que os efeitos causados pela institucionalização podem ser agravados quando, por exemplo, o encaminhamento para o abrigo vem acompanhado por uma história de vitimização sofrida na família de origem. Sendo que a própria institucionalização pode ser considerada um momento traumático, o sentimento de separação dos familiares pode gerar dor e desespero, além do receio do novo, do desconhecido. Na tentativa de evitar o agravamento da situação, é fundamental que o acolhimento busque minimizar estes fatores agravantes.

Bernardi (2010) define abrigo institucional como um serviço que oferece “acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento e socioeducação para grupos de crianças e adolescentes, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir estas funções”. Assim, esse autor descreve a necessidade do atendimento especializado e funcionamento como moradia provisória até o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta.

O atendimento oferecido deve ser individualizado, respeitando-se o não desmembramento de grupos de irmãos, priorizando o convívio familiar. O abrigo deve estar inserido nos serviços da comunidade local e estar localizado em área residencial, a mais próxima possível, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e dos adolescentes atendidos (BERNARDI,

2010). O ambiente oferecido deve ser acolhedor, semelhante ao de uma residência, mantendo um corpo de profissionais capacitados para o exercício das atividades de acompanhamento das crianças, dos adolescentes e de suas famílias.

O conforto ambiental parte da relação entre o ambiente físico, as características do local e a arquitetura. Kowaltowski *et al.*, (2001) esclarecem que o uso dos espaços deve respeitar as condições naturais do terreno, objetivando a proteção ambiental e a iluminação, ventilação e insolação adequada, seguindo esses itens é possível respeitar as condições de conforto e bem estar, lembrando que um mesmo ambiente pode provocar impressões diversas em cada indivíduo.

Nesse processo, Faggionato (2007) considera que “o indivíduo consegue perceber, reagir e responder diferentemente às ações sobre o meio, e as respostas são consequências das percepções, dos julgamentos e das expectativas”. Sendo que nem todas as manifestações psicológicas são evidentes e afetam as condutas, em sua maioria, inconscientemente. Nesse sentido, um ambiente transforma-se em “lugar” a partir da ligação afetiva estabelecida entre o mesmo e seu usuário.

2.2 Características das Instituições Totais

A satisfação com o apoio social pode afetar a integridade da saúde das pessoas, assim é uma condição que deve ser privilegiada nos cuidados dispensados às crianças e adolescentes abandonados. A rede de apoio social e afetivo de acordo com Brito e Koller (1999) pode ser compreendida como “o conjunto de sistemas e de pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos pelo indivíduo”. Sendo uma dimensão importante no desenvolvimento, estabelecendo uma relação entre a pessoa e o ambiente social do qual faz parte.

Contudo, a rede de apoio social e afetivo e as características individuais são aspectos que favorecem um desenvolvimento com características adaptativas. Foi a partir daí que estudiosos de diferentes áreas começaram a se interessar em investigar quais aspectos estão presentes nas unidades de abrigo, identificando variáveis sociais, afetivas e individuais que podem resultar em proteção ao indivíduo e quais destas podem tornar seu desenvolvimento mais difícil.

Dessa forma, os profissionais que atuam na área social poderão dispor de conhecimentos que direcionam quais as redes de apoio (social e afetivo) estabelecidas são capazes de oferecer recursos eficazes nas ações sobre os

jovens. Identificou-se assim, a necessidade do ambiente institucional ser capaz de oferecer esses recursos, buscando facilitar a promoção do desenvolvimento psicológico de crianças (SARTORELLI, 2004).

Quanto ao funcionamento do ambiente institucional, o mesmo tende a reproduzir a mesma lógica do problema que esses espaços visavam a combater, ao contrário do que se esperava, já que acabam por criar as mesmas dificuldades, sofrimentos e abandonos já vividos, reeditando, assim, a mesma relação que a sociedade estabeleceu com esses sujeitos ao abandoná-los e isolá-los (BLEGER, 1990).

Nesta mesma direção a instituição deve buscar trabalhar no menor atendido, suas histórias de vida, suas dores, tristezas e violências. Entretanto, não permite que a criança viva sua frustração que sentiu ou ainda sente, uma vez que, ao não ser compreendida e ao ver sua história atacada, ela busca refúgio no conhecido, no já vivido, mesmo que aí resida o motivo de seu sofrimento (ARPINI, 2003).

É possível compreender que o silenciamento existe dentro da instituição, desencadeado pelo temor a tudo que o menor vivenciou, de modo que, quando este passado surge, sua elaboração é difícil. Nesse âmbito, destaca-se que a forma depreciativa resulta em efeitos negativos ao jovem.

E considerando a colocação em abrigo como prática e política social presente na história das sociedades humanas, salienta-se a valorização da concepção de abrigo como uma instituição que reproduz características próprias das instituições totais³, como prisões, colégios internos, pois oferece medidas protetoras à criança e adolescente que se encontram vulneráveis à pobreza, à violência, ao abandono. Mas são expostos à situações de riscos, como a segregação social e a ruptura dos vínculos familiares (CAVALCANTE, 2007).

É possível apreender que as instituições promovem a segregação, a estratificação social e a modelagem da subjetividade por meio de mecanismos que alternam punições e recompensas, assim como reduzem a identidade do sujeito a um atributo estigmatizante e a um exclusivo papel social.

Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007) destacam que a subjetividade é moldada conforme a posição que o interno ocupa na hierarquia da instituição e os

³ As instituições totais servem como local de moradia para a população de internos e, por vezes, concentram em um mesmo espaço práticas de lazer e atividades de foco formativo, educativo, correccional ou terapêutico.

dispositivos utilizados pelos dirigentes, sendo que estes contribuem para imprimir a marca da inferioridade em seus subordinados. Os abrigos infantis podem apresentar características como um numeroso grupo de internos que são submetidos à autoridade de uma equipe que gerencia a dinâmica da vida institucional.

2.3 Acolhimento Institucional

Os problemas que envolvem a infância e adolescência normalmente têm origem na desigualdade econômica, acentuados pela não distribuição de renda, a dificuldade de acesso aos serviços e benefícios econômicos, sociais e culturais. Esses fatores são de grande relevância social, pois compõem a problemática que envolve a institucionalização.

Portanto deve-se dar atenção à qualidade do atendimento oferecido pelas instituições e ao grande número de indivíduos em unidades de abrigo, no intuito de minimizar as possíveis consequências resultantes de tais fatores.

As instituições de atendimento aos menores sofreram modificações em suas características ao longo do tempo em decorrência das demandas políticas e sociais. Segundo Rizzini e Rizzini (2004), a institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, sofreu inúmeras variações, resultado dos diferentes papéis desempenhados pelas instituições no contexto social, desde uma visão correcional e repressiva, visando proteger a sociedade de crianças e adolescentes em situação irregular; até uma perspectiva de garantia de direitos, com objetivo de oferecer proteção integral, conforme a Constituição Federal e o ECA.

Partindo dessa preocupação, verifica-se que a mudança proposta pelo ECA altera o conceito de criança como “*objeto de proteção*” para a concepção da criança enquanto “*sujeito de direitos*” (OLIVEIRA, 2006). Considerando-se as diversas mudanças ocorridas na sociedade brasileira durante as décadas de 1970 e 1980, em um contexto histórico⁴, inicia-se um maior interesse da sociedade pelo tema, direcionando a política em torno da criança. Esse processo resultou na reformulação das ações do Estado e redirecionou a atuação da família e da sociedade. Como consequência houve a aprovação em 13 de julho de 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (SILVA; MOTTI, 2001).

⁴ Contexto histórico marcado pelo processo de democratização e mobilização popular.

O ECA atua em diversos âmbitos no que diz respeito à garantia de direitos da criança e do adolescente na sociedade, estabelecendo um sistema de proteção, composto por um conjunto de pessoas e instituições, Estado e sociedade civil, direcionados a promoção, defesa e controle social. Desenhando no cenário nacional novos rumos e diretrizes para as ações, inserindo essa população na condição de sujeitos de direitos e deveres, o que também implica uma série de transformações (BRASIL, 1990; GUIMARÃES, 2012).

As mudanças que se fizeram necessárias após a implantação do ECA, estimularam uma transformação no modo de ver, pensar e agir em relação aos jovens; direcionando à instituição a função de acolher e proteger, ao adotar medidas que visam à educação, socialização e reintegração a sociedade (ARPINI, 2003).

A partir das discussões para a formulação do ECA, surge o termo abrigo. Abrigo é o nome genérico utilizado para designar instituições que abrigam crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social, atendidos de forma coletiva, em regime integral, por meio de normas e regras estipuladas por órgão governamental ou não-governamental (PRADA, 2007). Anteriormente ao estatuto, as instituições eram denominadas orfanatos, responsáveis por receber crianças abandonadas.

O abrigo é portanto, a instituição que atua como medida de proteção às crianças e aos adolescentes quando seus direitos são ameaçados ou violados, por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso de pais ou responsáveis, ou em decorrência de sua própria conduta (BRASIL, 2004). Entende-se como abrigo “instituições que oferecem acolhimento continuado a crianças e adolescentes desacompanhados de seus familiares e determina ao dirigente da instituição a equiparação legal ao guardião dos meninos e meninas acolhidos” (SILVA, 2004, p. 38).

Dentre os diferentes tipos de instituições que acolhem a população infanto-juvenil no Brasil, em geral atendem crianças e adolescentes, cujas famílias estão impossibilitadas de mantê-las em vários aspectos. O ECA traça diretrizes para alternativas de atendimento, mas traz as modalidades de abrigo, os abrigos assumem caráter residencial, com atendimento personalizado, em unidades pequenas com grupos reduzidos. O programa de abrigo pode surgir como casa-lar, república, casa de passagem e abrigo institucional (CARREIRÃO, 2004).

Dessa forma, o ECA promoveu reformulações nas instituições de acolhimento

às crianças e adolescentes, em sua estrutura e no funcionamento desses ambientes, considerando os menores como indivíduos em desenvolvimento, respeitando suas potencialidades e limitações. As razões que os levam a institucionalização são variadas, o público atendido normalmente compõe três grupos de destaque: 1. Crianças e adolescentes órfãos ou em situação de abandono familiar; 2. Crianças e adolescentes em situação de risco; e 3. Crianças e adolescentes em situação de pobreza (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Determina-se no artigo 92 do ECA que os abrigos devem seguir os princípios de manutenção dos vínculos familiares, integração em família substituta, atendimento personalizado, atividades desenvolvidas de forma educativa, não desmembrar grupos de irmãos, participação da vida da comunidade local e preparação para futura saída da instituição como método de minimizar os efeitos danosos da institucionalização (BRASIL, 1990). Dessa forma, estas instituições se tornam um recurso no atendimento aos menores em situação de risco e compõem-se como a principal rede de apoio social dos mesmos (GROSSI; PARTALA; KAMINSKI, 2004). Entretanto, observa-se que as adaptações definidas no ECA ainda não foram realizadas de maneira ampla nas instituições de acolhimento, as quais ainda estão em processo de adaptação.

O embasamento para o funcionamento das instituições que atendem crianças e adolescentes afastados do convívio familiar é norteado pelas diretrizes do ECA e pela Lei nº 12.010⁵. A nova Lei Nacional da Adoção aperfeiçoou as determinações do ECA, recomendando que na institucionalização o tempo de afastamento da família não pode ultrapassar dois anos. Além disso, o termo “acolhimento institucional” vem substituir “abrigamento” (BRASIL, 2009). Iniciando-se assim, o início de uma política de acolhimento nas instituições, as quais devem buscar a manutenção da convivência familiar e comunitária, a fim de promover a desinstitucionalização.

2.4 Desenvolvimento da Resiliência

Inúmeras situações, sendo frequentes ou extremas, sugerem nas pessoas uma reação que se torna uma energia capaz de construir aptidões que se convertem em superação; nesse contexto, destaca-se o fenômeno da resiliência.

⁵ A Lei 12.010 é conhecida como Lei Nacional da Adoção.

A resiliência caracteriza-se pelo processo no qual o ser humano consegue responder de forma positiva às questões da vida cotidiana, apesar das adversidades que enfrenta ao longo do seu desenvolvimento. Assim, Taboada, Legal e Machado (2006) definem resiliência como a capacidade humana de superar as adversidades, adaptando-se de forma saudável ao seu contexto atual.

Para Masten e Gewirtz (2011) a palavra resiliência, tem sua origem “do latim *resilire* (recuar ou dar um passo atrás), sendo um conceito geral relativo à adaptação positiva em um contexto de mudança”. Para Houaiss, Villar e Franco (2001) o mesmo termo origina-se do latim *resilio* e tem significado de ser elástico, sendo que surgiu no cenário científico como vocabulário da Física e da Engenharia.

Na ciência Física o termo resiliência significa “propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causadora de uma deformação elástica” (FERREIRA, 1999, p. 566). Sua definição nas ciências sociais e na saúde está sendo pesquisada de forma abrangente, onde sua definição não é clara nem tão pouco precisa quanto da física ou na engenharia, haja vista a complexidade e multiplicidade de fatores e variáveis que devem ser consideradas no estudo dos fenômenos humanos (YUNES, 2003).

Os precursores da definição de resiliência são termos como invencibilidade ou invulnerabilidade, sendo que essas palavras são utilizadas propondo que há crianças totalmente imunes a qualquer adversidade (YUNES, 2003).

Inicialmente os pesquisadores compreendiam a resiliência como um atributo característico da pessoa, na sequência, compreenderam que a resiliência relacionava-se ao processo psicológico que envolve os recursos pessoais, ambientais e relacionais (POLETTO, 2007).

Surgiu a partir dessas compreensões, o interesse em estudar os fatores externos ao indivíduo, expandindo o tema da resiliência em dois aspectos, sendo a noção de processo e a busca de modelos para promover resiliência de forma efetiva em termos de programas sociais.

Posteriormente, na década de 1990, foi apresentada a noção dinâmica e processual de resiliência, propondo o conceito dos mecanismos protetores. Segundo Infante (1997), a resiliência pede a interação de fatores resilientes advindos do suporte social (eu tenho), das habilidades (eu posso) e da força interna (eu sou e eu estou). Nessa nova perspectiva pode ser entendida como um conceito multifacetado, contextual e dinâmico, em que os fatores de proteção têm a função de interagir com

os eventos cotidianos e acionar processos que permitam a adaptação (MASTEN, 2001).

Para Taboada, Legal e Machado (2006) o constructo resiliência passou a ser usado para descrever processos diferentes, sendo tais diferenças, ora sutis, ora mais intensas. Ainda de acordo com a ideia de processo, Cyrulnik (2001, p. 225) considera que resiliência “trata-se de um processo, de um conjunto de fenômenos harmonizados em que o sujeito penetra dentro de um contexto afetivo, social e cultural”, podendo ser metaforicamente comparado à arte de navegar em meio à tempestade. Sendo a resiliência uma referência à história e à evolução do indivíduo, mais do que a ele mesmo; portanto, um caminho edificado que se torna resiliente.

Sendo a resiliência um conceito estruturado sócio historicamente, infiltrado de valores e significados específicos da cultura em que ele se insere e, além disso, estar associada a fatores protetores, pode-se prever consequências positivas em crianças em situação de risco (SAPIENZA; PEDROMONICO, 2005). Resiliência significa características individuais ou sociais, dessa forma, estudar a resiliência é pesquisar experiências individuais e familiares que foram efetivas e fortalecedoras frente à adversidade.

Portanto, a resiliência pode ser resultado do funcionamento saudável e socialmente aceito de crianças e adolescentes. Esta forma de entender resiliência nos remete às aproximações de suas ideias e a abordagem ecológica. Esta, por ser uma teoria sistêmica, aborda o risco e resiliência através do enfoque na existência de relações previsíveis entre fatores de risco e proteção, indicando uma causalidade circular e um processo transacional promotor de resiliência. No paradigma ecológico, resiliência é definida como saúde apesar de adversidades, que pode ser entendida de forma complementar a concepção construcionista, na qual resiliência reflete uma interpretação pós-moderna, definida como sendo o resultado de negociações entre os indivíduos e seus ambientes por recursos que os definem como saudáveis em meio a condições vistas como adversas (LIBORIO; UNGAR, 2010).

Na concepção construcionista, a resiliência refere-se a padrões positivos de adaptação ou de desenvolvimento manifestados no contexto de experiências adversas. A primeira infância é uma etapa importante na compreensão e promoção da resiliência. As raízes da competência são estabelecidas nos primeiros anos de vida, e muitos dos importantes sistemas protetores do desenvolvimento humano são desenvolvidos na infância. Uma parte consegue desenvolver resiliência por meio de

processos naturais, já outras necessitam de ajuda. Os primeiros anos de vida são promissores para intervenções que visam prevenir e reduzir riscos, impulsionar recursos, promover a competência e estabelecer solidez para o desenvolvimento futuro (MASTEN; GEWIRTZ, 2011).

Destaca-se que alguns autores são contrários a resiliência afirmando que dar valor a esse conceito implica em diminuir os riscos de determinados ambientes de desenvolvimento e provar os sofrimentos de indivíduos que vivem em situação de risco. No entanto, abordar a temática não resulta necessariamente em minimizar ou maximizar contextos de vulnerabilidade.

Dessa forma, a resiliência representa um paradoxo, pois são nas situações adversas que o ser humano mostra suas potencialidades. Numa expectativa de manter-se saudável apesar das adversidades, a situação de risco é interpretada como possibilidade de superar os limites, construindo uma identidade fortalecida (JUNQUEIRA; DESLANDES, 2003).

Para De Antoni e Koller (2004) o impacto dos eventos estressores e/ou protetores são, sobretudo, determinados pela forma como são identificados e experienciados por cada pessoa, conferindo um aspecto singular e não de maneira generalizada. Assim, os aspectos fundamentais na percepção da resiliência, que se desenvolvem de maneira diferente e assumem formas variadas, são elementos como, a tomada de consciência; a independência; o desenvolvimento de relações satisfatórias; a iniciativa; a criatividade e a ética.

A resiliência deve ser estimulada e sustentada nas instituições socioeducativas, e podendo ser enriquecidas por programas voltados à promoção da qualidade de vida dessa população. Nesse sentido, a compreensão das competências desenvolvidas em crianças e adolescentes pode configurar-se como preceptores de resiliência.

A partir do referencial teórico sobre o tema é possível verificar, que o conceito de resiliência está em construção. Há inúmeras pesquisas há mais de trinta anos que provam que essa capacidade de superar adversidades encontra-se estendida em diversas culturas e sociedades.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

O estudo proposto teve como objetivo conhecer a influência do abrigo no desenvolvimento de recursos pessoais, ambientais e relacionais desenvolvidos pelo jovem na superação de uma fase traumática na sua vida.

3.2 Objetivos Específicos

- Identificar os fatores de risco que resultaram na retirada da família;
- Descrever e analisar potenciais fatores de proteção que o abrigo acrescenta na promoção de resiliência em jovens institucionalizados.

4 MATERIAL E MÉTODO

O estudo obedece aos princípios éticos propostos na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que regulamenta as normas para a realização de pesquisas envolvendo seres humanos. Foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sendo aprovado em 06/11/2013 sob CAAE: 08435613.3.0000.0037, iniciando-se a pesquisa após aprovação (BRASIL, 2012).

Os Juízes da Infância e Juventude da Comarca de Cristianópolis-GO e de Goiânia-Goiás e os diretores das Instituições autorizaram a realização da pesquisa após esclarecimento sobre a relevância da mesma.

A participação dos jovens entrevistados se deu por livre e espontânea vontade, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A). Para todos os jovens, o responsável pela Instituição também assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), constando a autorização da participação dos mesmos.

4.1 Tipo de Estudo

O método “Teoria fundamentada em dados – *Grounded theory*”, objetiva gerar construtos teóricos que explicam a ação no contexto social sob estudo. O pesquisador busca processos que estão acontecendo numa cena social escolhida, desenvolve categorias, que, unidas uma às outras, explicam o fenômeno estudado. O termo *Grounded theory* se refere ao produto deste método. A *Grounded theory* é construída a partir de informações que relatam a realidade vivida do ponto de vista do participante. Busca explicar que os dados compõem a base da teoria, e a análise desses dados gera os conceitos construídos. Procura descobrir o que acontece nos ambientes pesquisados e como é a vida dos participantes, esforçando-se em estudar a forma como eles apresentam suas ações, bem como questionamos a compreensão analítica que podemos ter sobre eles (CHARMAZ, 2009).

Esse tipo de estudo é caracterizado pelo agnosticismo teórico. Consiste na recusa de privilegiar precocemente uma escola de pensamento ou um modelo já

articulado. Só depois do trabalho ser concluído, recorre-se à literatura para contextualizar os resultados. O agnosticismo teórico permite que a sensibilidade do pesquisador seja aguçada através da imersão na realidade do estudo e não limitada pelos conceitos sugeridos na literatura (CHARMAZ, 2009).

Procura-se acessar novos significados para fazer uma contribuição teórica, através da descrição de como um grupo social percebe uma situação e como lida/enfrenta os desafios inseridos nela. Essas informações passam por uma análise interpretativa sofrendo comparação contínua, estabelecendo distinções analíticas, semelhanças e diferenças que permitam reproduzir a vivência e as ações do grupo (CHARMAZ, 2009).

Para a obtenção de dados mais relevantes a fim de refinar e completar as suas categorias principais a estratégia utilizada é a amostragem teórica. São procurados participantes que são capazes/competentes e dispostos para dar depoimento sobre a realidade pesquisada.

Após coleta dos dados e transcrição, as entrevistas são submetidas à codificação aberta, depois codificação seletiva, focada. A partir de códigos focados, obtidos por um processo de comparação contínua, surgem as categorias. Além disso, são elaborados memorandos para organizar observações feitas no campo. A partir das categorias emergentes e dos memorandos é desenvolvido o modelo teórico.

A codificação aberta é realizada linha a linha inicial, sendo uma estratégia que induz o pesquisador a estudar os seus dados rigorosamente – linha a linha – e a começar a conceituar as suas ideias (CHARMAZ, 2009).

Assim, a codificação focalizada constitui um segundo momento em que os códigos abertos são comparados entre eles e novamente com os dados aos quais foram gerados. Nesse processo, os códigos iniciais são aprimorados para captar da melhor forma os conteúdos presentes nas transcrições. Esta codificação é realizada de forma que os códigos analíticos na margem das transcrições e também os termos da codificação aberta e codificação analítica significam que os códigos são elaborados pelo pesquisador a partir dos sentidos conferidos pelos dados analisados. A codificação focalizada permite ao pesquisador separar, classificar e sintetizar grandes quantidades de dados (CHARMAZ, 2009).

A elaboração dos memorandos ocorre a partir de anotações feitas durante as visitas, as entrevistas, no caderno de campo. Nos mesmos, estão presentes as

observações do pesquisador, as interações dos entrevistados com seu ambiente e características relevantes do ambiente e de aspectos não verbais da comunicação do entrevistado durante o contato. Os memorandos fornecem formas para comparar os dados, explorar as ideias sobre os códigos e direcionar a continuação da coleta de dados (CHARMAZ, 2009).

Os conceitos sensibilizadores do pesquisador permitem reflexão e autocrítica ao detectar os sentidos relevantes que emergem da leitura dos dados. Estes são conceitos adquiridos em sua vivência profissional, pessoal ou formação intelectual. São importantes, pois definem sua sensibilidade às vivências dos participantes, e devem ser utilizados com cuidado evitando distorção na interpretação dos dados.

A partir das categorias emergidas o modelo teórico é desenvolvido de forma que responda aos objetivos da pesquisa. Esse método permite ao pesquisador assumir seu papel interpretativo e identificar as perspectivas das vozes estudadas. As categorias são inter-relacionadas oferecendo uma visão interpretada da realidade estudada e representada em forma de tabela e figuras.

4.2 Cenário e Ambiente de Pesquisa

O presente estudo foi realizado em duas unidades de acolhimento, sendo o Rancho Novo Horizonte Lar das Crianças e Adolescentes e a Casa da Criança e do Adolescente, Casa “Talitha Kum”.

O Rancho Novo Horizonte Lar das Crianças e Adolescentes foi fundado em 19/05/1999 na zona rural da cidade de Bela Vista de Goiás – GO. Esta instituição é uma entidade não política, sem fins lucrativos comprometida com crianças e adolescentes em sofrimento. Atende jovens sem distinção, sendo crianças órfãs, abandonadas, limitadas pela pobreza, vítimas de abuso, ou seja, todos os indivíduos em risco ou em necessidade (RANCHO NOVO HORIZONTE LAR DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2013).

O Rancho Novo Horizonte não é um abrigo temporário e nem um programa de reabilitação. O lar tem sido especificamente desenvolvido para suprir as necessidades daqueles mais capazes e com maior motivação para realizar, com a devida assistência, um aperfeiçoamento possível em suas atuais e futuras oportunidades de vida. As expectativas para um estudante do Rancho Novo Horizonte são grandes, a instituição espera que busquem o conhecimento,

aprendam e pratiquem habilidades requeridas para alcançarem o sucesso no mundo real. Para isso incluem habilidades multiculturais, sociais, acadêmicas, profissionais e vocacionais (RANCHO NOVO HORIZONTE LAR DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2013).

No município de Goiânia-GO, a Casa da Criança e do Adolescente, Casa “Talitha Kum”, é uma obra administrada pela Congregação das Irmãs Passionistas de São Paulo da Cruz, fundada em 19 de dezembro de 1998. A instituição atende jovens de 12 a 21 anos em situação de rua. Eles moram no local e participam de diversas atividades com o objetivo de se reintegrar à sociedade, resgatar a autoestima e mudar as condições de vida (CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CASA “TALITHA KUM”, 2013).

A Casa “Talitha Kum” é uma entidade sem fins lucrativos, comprometida com o atendimento às jovens que são retiradas das ruas, sem vínculo familiar. É um abrigo que assiste às necessidades de crianças e adolescentes que passaram por situações familiares que impedem o convívio ou que fizeram uso de drogas. Não há um tempo determinado para a permanência, depende da adaptação de cada jovem (CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CASA “TALITHA KUM”, 2013). As entrevistas aconteceram nas Instituições, em sala confortável, dotada de infraestrutura adequada e segurança, visando garantir a integridade moral e física dos entrevistados.

As unidades de abrigo que participaram do estudo foram receptivas e acolhedoras desde o primeiro contato. Até a chegada a estas instituições, o caminho foi longo, várias outras instituições foram procuradas, mas não permitiram a realização da pesquisa.

4.3 Participantes do Estudo

Inicialmente o intuito deste estudo foi coletar dados em instituições que atendem crianças e adolescentes, do sexo masculino e feminino. Várias instituições foram procuradas pela pesquisadora, mas por não concordarem em participar do estudo, houve um redirecionamento. Diante disso, não existindo crianças nas duas unidades de acolhimento que permitiram a realização do estudo, a pesquisa foi limitada aos adolescentes.

Vale destacar que, quando os adolescentes foram convidados, aceitaram

prontamente participar deste estudo, uma jovem que ultrapassou 18 anos se dispôs e, considerando sua história particularmente traumática, esta foi inserida no estudo.

Desta forma, participaram desse estudo seis pessoas do sexo feminino, e oito pessoas do sexo masculino, sendo jovens cumprindo medida protetiva de acolhimento institucional. Foram critérios de inclusão – ter idade superior a 12 anos e máxima de 21 anos, estar residindo no abrigo com tempo de permanência superior a um mês, não exigir medidas especiais para participar das entrevistas e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo que, não havia jovens com menos de um mês de permanência nas unidades. E como critérios de exclusão, não permanecer residindo no abrigo durante todo o processo da pesquisa e apresentar quadro de atraso cognitivo ou transtorno mental que impossibilitassem a compreensão para responder ao roteiro utilizado.

Os participantes possuíam idade de 13 a 21 anos e grau de instrução variando entre 3ª série do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. Foram identificados na pesquisa por nomes fictícios escolhidos pelos mesmos, sendo nome de flores para o sexo feminino e de planetas para o sexo masculino.

Por se tratar de um estudo de caráter qualitativo não foi especificado o número de sujeitos envolvidos a priori. A quantidade destes foi definida seguindo o critério da saturação e amostragem teórica, quando as informações se tornaram exaustivas e reincidentes, respondendo à questão da pesquisa (MINAYO, 2004). É importante ressaltar que a TFD⁶ não se preocupa em analisar um número representativo de dados de uma determinada população analisada, mas sim de aprofundar o conhecimento a respeito dos sujeitos que se dispõe a pesquisar, e assim gerar uma teoria fundamentada nos dados encontrados.

4.4 Procedimentos

4.4.1 Coleta de Dados

Os dados foram coletados nas instituições investigadas, as visitas foram previamente agendadas com os diretores e foram realizadas nos meses de janeiro e

⁶ Na Teoria Fundamentada nos Dados o pesquisador analisa os dados buscando entender determinada situação, como e por que seus participantes agem de determinada forma, como e por que determinado fenômeno ou situação se desdobra de determinada forma.

fevereiro de 2013. Dessa forma, inicialmente a inserção no abrigo se deu através de visitas e participação das atividades diárias, atividades como oficinas de trabalhos manuais, atividades esportivas e conversas nos espaços de convivência. Durante todo o período de convívio nas unidades de abrigo foi perceptível o carinho e atenção despendidos aos jovens pelos profissionais.

Os jovens e os diretores foram convidados a participar do estudo, sendo informados sobre os objetivos da pesquisa e o uso das informações. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi explicado em linguagem pertinente à compreensão dos participantes e foi entregue em duas vias para assinatura de ambos. No início da entrevista, foi esclarecido e assegurado ao entrevistado o direito de não participar ou de se retirar da pesquisa em qualquer momento que desejasse sem que houvesse prejuízo ao mesmo.

Após vários encontros para estabelecimento de vínculos entre pesquisadora e os participantes do estudo, o roteiro da pesquisa foi aplicado. A coleta de dados foi realizada por meio de observação do participante com registro em diário de campo e de entrevistas e ocorreu de janeiro a julho de 2013.

As entrevistas foram gravadas com a anuência dos jovens e dos diretores, sendo realizadas conforme disponibilidade dos participantes. Após a assinatura do TCLE, os participantes responderam às perguntas de forma individual em sala cedida pelo abrigo. Aos participantes foi garantido um local protegido acusticamente, com ventilação e iluminação adequadas, e longe da circulação de pessoas a fim de garantir privacidade, bem como foram realizadas em momentos que não interferiram nas atividades escolares, ou desvio de outras atividades. Em todo momento da entrevista, antes, durante e após, foi garantido o contato com a pesquisadora através de telefone particular, contato pessoal, ou e-mail desta.

Foram realizados sete encontros para alcance dos entrevistados e no máximo três entrevistas por encontro. As entrevistas tiveram duração média de trinta a cinquenta minutos. Ressalto, que não houve nenhum momento de recusa dos participantes, e estes sempre se colocaram prontamente à disposição para a realização das entrevistas, manifestando interesse em participar do estudo.

Foi utilizado para a sua execução um roteiro de entrevista semiestruturado (APENDICE C), estabelecido previamente, mas que não deixou de sofrer a intervenção da pesquisadora para o delineamento das respostas obtidas. Este instrumento garantiu uma conversa contínua com os participantes, e permitiu chegar

às variáveis desejadas. Utilizou-se também o diário de campo, um caderno para as anotações das observações *in loco*.

À pesquisadora coube a responsabilidade, capacidade de escutar, ouvir com sensibilidade e estimular o indivíduo a responder, interferindo e manifestando o seu interesse e vontade pela sua fala (CHARMAZ, 2009). Este processo foi possível pelo fato de estar usando um roteiro de entrevistas semiestruturado, que permite esta interlocução e intervenção ao longo da entrevista.

Durante a coleta de dados foram elaborados registros de campo que permitiram reflexões importantes referentes ao fenômeno investigado. A estas notas de campo foram somados os memorandos, que se caracterizaram como descrições das experiências da pesquisadora durante as visitas aos abrigos e na realização das entrevistas, sendo utilizadas na redação dos resultados, posteriormente. Os memorandos são registros gerais escritos pelo pesquisador que atuam como lembrete ou fonte de informação, direcionando o seu trabalho. A sua organização permite ao pesquisador obter êxito na análise dos dados (STRAUSS; CORBIN, 2008).

4.4.2 Análise dos Dados

Após transcrição das entrevistas, os códigos foram colocados às margens do texto, linha a linha, iniciando assim, a codificação aberta. Esta primeira codificação teve como objetivo nomear segmentos de dados com uma classificação que, simultaneamente categorizava e representava cada parte dos dados.

Os códigos que foram atribuídos aos segmentos revelaram as perspectivas necessárias para o início da análise e foram organizados em fichas, para uma melhor visualização. Através da codificação foi possível chegar a uma visão interpretativa que retratava as vivências dos jovens pesquisados.

Posteriormente à codificação inicial, realizou-se a codificação focalizada, que redefiniu o direcionamento dos códigos, tornando-os mais significativos e seletivos, na tentativa de explicar maiores segmentos de dados. Os códigos mais significativos descrevem melhor a vivência do evento e como os participantes lidam com ela. Identificar tais códigos foi possível após leituras e comparações constantes, na medida em que se refletia sobre um determinado código buscava-se a relação e

proximidade deste com demais segmentos de dados, tornando-os menores em número.

Novas leituras interpretativas foram realizadas, redefinindo os códigos. Percebeu-se que as vivências relatadas nas entrevistas refletiam o percurso percorrido por cada jovem, um processo com vários sujeitos envolvidos. As comparações contínuas entre os códigos e os dados, ocorreram até a consolidação das similaridades e diferenças que permitiram o surgimento das cinco categorias definitivas.

O percurso está descrito nas seguintes categorias: *Retirada de ambiente intolerável; Proteção e Recursos; Oportunidade de Desenvolvimento; Vínculos afetivos e Possibilidade de Superação*, que estão sobrepostas e interligadas em vários momentos.

Um processo de constantes idas e vindas foi vivenciado com frequência neste trabalho, formular categoria é um processo longo, mesmo quando o problema está definido não existe uma fórmula que oriente o pesquisador. Ele precisa seguir seu próprio caminho, baseado em seus conhecimentos e guiado por sua sensibilidade e intuição.

4.5 Considerações Éticas

Considerando-se que os participantes do estudo são seres humanos obedeceu-se ao que está previsto na Resolução 466/12 do Ministério da Saúde do Brasil. O projeto foi apresentado inicialmente ao Juizado da Infância e Juventude de Goiânia (APENDICE D) e da comarca de Cristianópolis-GO (APENDICE E), posteriormente, com a carta de anuência destas instituições foi submetido a análise das instituições de acolhimento, sendo posteriormente encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Goiás para análise e julgamento, que é reconhecido pelo Conselho Nacional de Pesquisa com Seres Humanos (CONEP).

Após a apreciação e a anuência desses órgãos, e de posse do Parecer Consubstanciado nº 448.858 (APENDICE F) deu-se início à coleta de dados. Para tanto, os participantes do estudo foram esclarecidos dos objetivos da pesquisa e receberam cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para o consentimento e assinatura.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A perspectiva que se impõe na análise dos dados busca demonstrar se os jovens valorizam e consideram o abrigo um ambiente acolhedor, capaz de proporcionar novas possibilidades, e se as instituições proporcionam contato com a família. Esta observação envolve duas dimensões, sendo o ambiente favorável e acolhedor da instituição e a priorização do abrigo ao convívio familiar e seus aspectos desfavoráveis.

Portanto, dentre os quatorze entrevistados, doze apontam que o abrigo apresenta características favoráveis ao estudo atual até sua formação em curso de nível superior, maiores possibilidades no mercado de trabalho e conquistas profissionais futuras. Destes, dez preferem atingir seus sonhos profissionais mantendo-se na instituição e não retornar à família, mesmo relatando sofrimento pela separação. A dificuldade de acesso aos recursos materiais básicos, alimentos, roupas e materiais para estudo geram desconforto e preocupação. Assim, esses fatores causam a impressão que o abrigo propicia uma vida melhor que o convívio familiar. Esse fato pode ser observado nos relatos seguintes.

“Eu tenho medo de voltar para casa. Eu fico imaginando a vida que eu tenho aqui no Rancho. Eu estudo, só estudo. Eu como, eu não preciso me preocupar com pagar despesa, de pagar as coisas. Não preciso de preocupar com roupa para ir a escola, com sapato. fico com medo de perder isso, essa oportunidade...” (Mercúrio)

“Não quis ficar com minha família. Achei melhor aqui. Melhor estudo, oportunidade na vida, aqui é melhor.” (Margarida)

“Aqui eles dão a faculdade pra você, te dá curso de inglês, faz você aprender... Aqui tenho mais oportunidades.” (Netuno)

As instituições de acolhimento têm uma característica em comum, prover recursos materiais e estimular o estudo, ou seja, neste ambiente não há uma preocupação em trabalhar para ajudar a família e ainda estudar, tornando-se menos estressante suas vidas. O estresse é um fator prejudicial à qualidade dos relacionamentos entre as pessoas. “Aqui aprendi coisas que lá fora ninguém me ensina. Ninguém tem paciência de ensinar.” (Saturno).

Em contraste às características desfavoráveis apresentadas pela preferência à permanência na instituição, ao convívio familiar temos a busca pela manutenção dos laços familiares. Observou-se que o abrigo que recebe jovens do sexo feminino acompanha as visitas ao seio familiar, mas não permite visitas na unidade, sendo

que, a outra instituição permite a permanência de membros da família em local com acomodações adequadas em suas dependências e ainda permite a visita aos familiares.

“Meus pais vem aqui todo mês.” (Terra)

“Minha mãe vem me visitar de vez em quando. Meu tio vem mais, de domingo a domingo e minha mãe de vez em quando no domingo.” (Marte)

“... vou para a casa dos meus pais nas férias. São duas coisas que mais gosto de fazer, uma é ir para a casa dos meus pais e a outra é estudar...” (Tulipa).

A Figura 1 elucida o modelo que emergiu a partir da análise dos dados e apresenta a realidade vivenciada pelos adolescentes e jovens que residem em unidades de acolhimento. As categorias que emergiram mostram que os jovens sentem-se beneficiados no abrigo, pois este local proporciona proteção, garante recursos materiais e favorece o desenvolvimento intelectual e profissional. Revela ainda a preocupação em cuidar dos membros da família e reunir membros separados, como irmãos que residem em outras instituições de acolhimento.

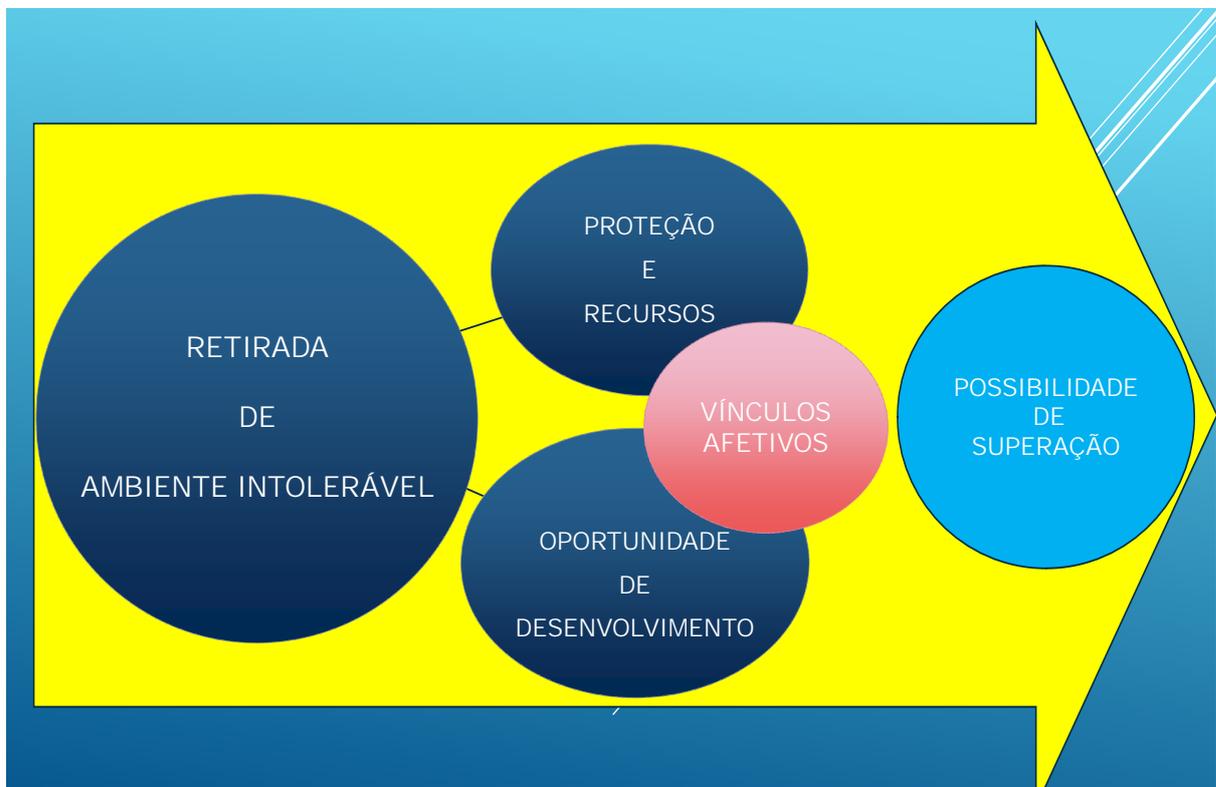


Figura 1 – O modelo: visão geral

Fonte: Alves (2014)

5.1 Retirada de Ambiente Intolerável

Essa categoria agrupa duas subcategorias: a família e o jovem, que apresentam quais os reais motivos que geraram os problemas familiares, além de como os jovens se sentem beneficiados com sua chegada à unidade de acolhimento – Figura 2.

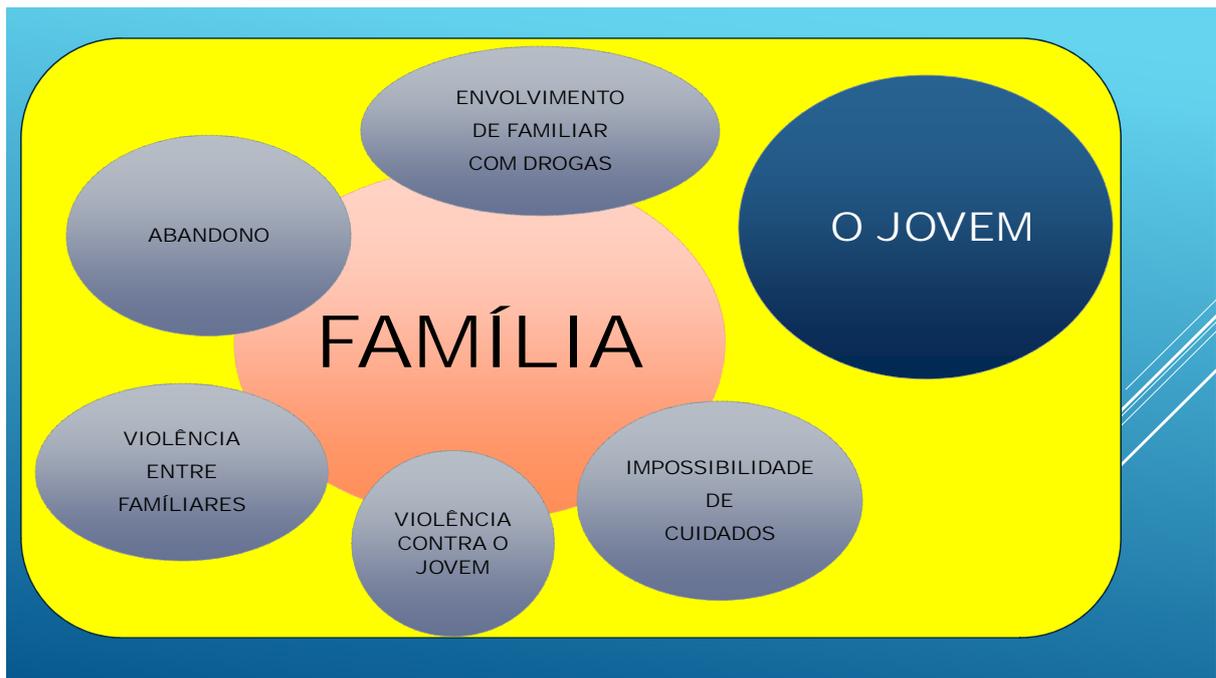


Figura 2 – Retirada de ambiente intolerável

Fonte: Alves (2014)

5.1.1 A Família

Essa subcategoria agrupa cinco códigos que identificam situações em que o ambiente familiar torna-se um espaço destrutivo para a formação humana devido à vivência com a violência doméstica, bem como o comportamento inadequado do jovem.

5.1.1.1 *Envolvimento de Familiar com Drogas*

No decorrer das entrevistas, a descrição de suas histórias adota uma ordem cronológica dos acontecimentos que resultaram na institucionalização do jovem e uma lembrança minuciosa e rica em detalhes que a envolve. O contexto familiar foi

determinante para a ocorrência de alterações comportamentais, que resultou no percurso experienciado até este momento de sua vida.

Em qualquer das situações aqui descritas e independente do agente causal da violência, descrevem esses momentos com dor e sofrimento, buscam justificar as agressões na tentativa de compreender as causas de tanto sofrimento físico e emocional. O uso de drogas é tratado com naturalidade, como sendo algo frequente no contexto familiar. Estes conseguem identificar os prejuízos familiares e relatam esses momentos com tristeza.

“Minha mãe, eu gosto muito dela, mas agora estou tentando ficar longe. Ela está mexendo com drogas, aí não dá para ficar muito assim, perto.” (Marte)
 “Eu vim pra cá porque meu pai e minha mãe separaram, meu pai começou a beber e usar droga, porque meu pai nunca usou droga, aí começou. Minha mãe começou a beber.” (Tulipa)

Os depoimentos abaixo mostram fatos relevantes: o contato frequente com as drogas através de familiares, o descaso e a violência decorrentes do uso dessas substâncias e até mesmo a início do uso pelos jovens. Isso nos permite identificar a ausência de discernimento dos pais sobre os perigos aos quais as crianças e os adolescentes estão sendo expostos. Esta situação em especial não reflete a que é vivenciada e retratada em muitos estudos, de que as mães se desdobram nas atividades em função da quantidade de filhos e da baixa renda, e tem que cuidar de tudo e todos ao mesmo tempo.

“Meu pai batia muito na minha mãe. Eles fumavam droga. Eles bagunçavam muito lá na cidade, bebiam muito. Meu pai foi preso mais de cinco vezes por bater na minha mãe. Aí o Conselho Tutelar me trouxe pra cá.” (Terra)

A instituição familiar é o primeiro grupo social do qual o indivíduo faz parte, sendo a unidade inicial e principal da sociedade, ou a unidade básica de interação social. Quando o uso e abuso de substâncias psicoativas atinge algum membro dessa unidade, os papéis desempenhados podem ser abandonados, no caso dos pais pode-se verificar pelo descaso e abandono dos filhos.

“Eu vim para o abrigo, porque minha mãe não tinha condições de cuidar de mim, ela usava droga e não dava conta de cuidar da gente e o Conselho, Conselho Tutelar tomou a gente dela.” (Rosa)

A condição socioeconômica baixa, associada ao despreparo dos familiares em lidar com certos conflitos, pode levá-los ao uso de substâncias entorpecentes. As carências estruturais e físicas do ambiente familiar potencializam a ocorrência do

uso de drogas, o que justifica a necessidade de se reorganizar o ambiente intradomiciliar. Percebe-se que neste momento os pais não conseguem identificar a necessidade de acompanhamento dos filhos e de cuidados permanentes.

Nos discursos, os pais ou apenas um destes estavam de alguma forma ausentes ou não acompanhavam esses jovens nas atividades cotidianas, o que provavelmente resultou em tantos agravos. Em algumas situações ficou evidenciado que, além da mãe, do pai ou até mesmo ambos usarem drogas, houve uma forma de envolvimento direto do jovem neste ato, o que lhe trouxe vivências fragilizantes, dolorosas e desagradáveis, perceptíveis pela descrição minuciosa e rica em detalhes durante as entrevistas.

5.1.1.2 Violência Contra o Jovem

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), a violência doméstica compreende todo ato ou omissão praticada contra crianças e adolescentes que possa prejudicar seu bem-estar e sua integridade física, sexual e psicológica. Pode ser infringida dentro de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, mesmo sem laços de consanguinidade.

Apesar da violência contra a criança ocorrer fora de casa, o contexto familiar foi a principal forma citada. Dessa forma, temos melhor compreensão do contexto familiar já que a violência em alguns momentos passa a ser vista de forma mais naturalizada por fazer parte do cotidiano dos jovens.

Observa-se que as famílias compõem grupos sociais menos favorecidos economicamente, esses grupos normalmente estão sujeitos a práticas violentas. Algumas causas relatadas com frequência foram a desestruturação familiar, causada pelo desemprego, divórcios, viuvez, baixa escolaridade, o uso de bebidas alcoólicas e drogas.

“... Bebida estraga a vida da pessoa, e quando a minha mãe bebia ela ficava muito agressiva e eu ficava com medo dela. Era complicado... Tenho medo de voltar para casa.” (Terra)

“Meu pai era muito mau. Batia, mas não era pouquinho não, era muito. Minha mãe só quando eu era pequeno.” (Vênus)

“Meu padrasto me batia demais, aí minha mãe entrava na frente.” (Júpiter)

“Minha mãe não era assim má, era rígida. Ela batia sim, mas não bastante. Meu pai, meus padrastos que bateram muito em nós.” (Saturno)

A tentativa de justificar a violência vivenciada está presente, quando buscam justificar e compreender as agressões físicas. Os atos descritos reproduzem que a violência intrafamiliar, prejudica a integridade física e psicológica dos mesmos. A violência doméstica inclui normalmente os pais ou membros que assumiram tal posição:

“... minha mãe me deixava trancada, às vezes com fome... Minha mãe queria que eu fosse prostituta. Quando me batia, pegava faca, ela fazia altas coisas comigo, não só comigo, com minhas irmãs também.” (Lírio)

A violência contra os jovens retrata parcialmente o relacionamento afetivo entre pais e filhos, os adolescentes se sentem ameaçados, abandonados e tentam encontrar justificativas para tais atos. Nessa concepção, a abordagem da violência contra a criança em um contexto econômico, político e social, a violência doméstica é a principal forma de manifestação da violência infantil.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA, 2000), afirma que “a violência, em diferentes formas, é um fenômeno que se estabelece por inúmeros fatores e que atinge a realidade familiar, compondo, atualmente, grave ameaça à vida”. Portanto, implica em transgressão do dever de proteção e uma negação do direito e da liberdade que menores têm de serem tratados como sujeitos em condições particulares de desenvolvimento. Dessa forma, as relações familiares são fatores importantes a serem considerados, o comportamento dos pais e a forma de interagir da família podem ser os responsáveis pelas atitudes dos filhos.

5.1.1.3 Abandono

As crianças e adolescentes abandonados pelos pais biológicos são assumidos por outro membro da família ou são levados aos abrigos e lares. O abandono e rejeição são relatados em suas histórias de vida:

“Eu vim morar aqui por causa minha mãe foi embora e me deixou lá. Ai eu fiquei no Pró Jovem. Ai eles ligaram pro Conselho Tutelar.” (Vênus)
 “... com doze anos, meu pai me ligou, para eu conhecê-lo. Conheci, depois ele sumiu de novo.” (Júpiter)

Os pais transferem sua função de proteção a outros membros da família. A presença de um novo membro na família e a não aceitação dos filhos pode ser configurado como violência física e abandono os filhos. Nesse contexto, a família

propiciadora de violência determina, para a criança ou adolescente, uma situação de severa vulnerabilidade e desproteção.

No Brasil, as crianças rejeitadas e abandonadas por seus pais biológicos segue uma ordem, sendo que uma parte cresce nas instituições, mantidas e dirigidas pelo Estado ou por associações não governamentais e religiosas. Pequena parte das crianças são adotadas e infelizmente, grande parte delas, habitam as ruas.

“Minha mãe não vem me visitar, acho que meu padrasto não deixa não.”
(Vênus)

“Meu padrasto disse que não me queria dentro da casa dele. Aí nós ficávamos na rua, eu e minha irmã. Minha irmã não muito porque pedia, implorava a ele para que ela ficasse na casa dele.” (Tulipa)

“Minha mãe me deixou com a minha avó. Eu nem sei onde ela mora.”
(Urano)

“Minha mãe biológica me rejeitou quando era bebê, pequenininha.” (Lírio)

Segundo Camargo (2005), não é possível culpabilizar as famílias, muitas vezes vitimadas pelo contexto em que se encontram inseridas e integradas. No que se refere à convivência familiar e comunitária, se verifica que, é um direito reservado a toda criança e adolescente de viver no seio familiar de origem, e excepcionalmente se necessário, em família substituta (BRASIL, 1990).

Como resultado do abandono e rejeição experienciados pelos jovens, temos sofrimento, dor e várias tentativas de justificar e compreender essa violência que não respeita suas necessidades e prejudica seu crescimento e desenvolvimento.

5.1.1.4 Impossibilidade de Cuidados

A permanência da criança em sua família original deve ser priorizada, diferentemente de épocas antigas, onde ao perceber a família “desestruturada”, o estado remetia as crianças às instituições de caridade, não se preocupando com as consequências desse processo (CUSTÓDIO, 2009). Paganini (2011), afirma que a família é um dos sustentáculos na efetivação dos direitos dos menores, quando estiver impossibilitada de concretizar tais direitos, deve recorrer ao poder público, sendo dever deste disponibilizar os recursos necessários para garantir a convivência digna de crianças e adolescentes junto à suas famílias.

A Constituição da República (BRASIL, 1988) dispõe sobre a convivência familiar e comunitária como um direito indisponível da criança, no artigo 227, como se pode verificar:

“Art. 227- É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, *com absoluta prioridade*, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à *convivência familiar e comunitária*, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

No tocante aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, destaca-se que “toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão refletem o descaso, a falta de cuidado, o abandono” (PEREIRA, 2006).

As histórias familiares nos levam a conhecer os motivos do abandono ou rejeição, sendo que comportamentos inadequados levaram em muitos momentos a internação do jovem no abrigo:

“Minha irmã entrou na farmácia, pegou um trem na prateleira e jogou dentro da bolsa da minha mãe. Na hora que saiu apitou, como se fosse minha mãe roubando, entendeu? Aí, minha mãe acabou sendo presa. Acabou que nós fomos pro Conselho, para um abrigo.” (Rosa)
 “Minha mãe tinha câncer. Chorou, chorou, chorou até morrer em casa.” (Júpiter)

Vale destacar que toda forma de privação da convivência familiar deve ser excepcional e transitória. Sendo que, mesmo que a criança e adolescente esteja em abrigos, o contato com os familiares deve ser preservado.

A família é uma unidade dinâmica, suas transformações podem levar o menor à internação, mas estes podem retornar ao seio familiar. Para isso, é necessário acompanhar seu desenvolvimento garantindo a manutenção das relações familiares, em uma nova configuração de papéis, a família pode se reorganizar e voltar ao convívio.

5.1.1.5 Violência Familiar

As relações violentas são resultado da desestruturação familiar, normalmente a figura masculina é a responsável pela violência doméstica. O consumo de drogas está associado à agressão e o tráfico dessas substâncias são causas constantes de violência no seio familiar.

A violência familiar pode ser um padrão de relacionamento que acompanha a história dessa família ou ser resultado de questões não resolvidas. A denúncia do agressor nem sempre ocorre, mas a alteração de comportamento do jovem é identificada e pode ser resultado desse ambiente inóspito.

A associação do álcool com a agressão física não ocorre apenas com os indivíduos que bebem de forma abusivas e regulares, mas também entre indivíduos que bebem de forma moderada ou eventualmente (GIFFIN, 2002). Em estudo, Rabello e Caldas Júnior (2007) identificaram que a maioria das famílias das mulheres consumiam drogas, sendo o álcool a substância mais utilizada e diariamente consumida. Nesse contexto, o consumo de álcool começa cada vez mais cedo e os adolescentes copiam os modelos dos adultos na frequência do consumo de álcool (NJAINE; MINAYO, 2004).

Quando o jovem enfrenta eventos estressores e não encontra recursos em si ou no seu ambiente para manter-se equilibrado, identificamos as alterações de comportamento que podem resultar na internação do jovem para correção de ações inadequadas realizadas no seio familiar, na escola ou na vizinhança. “Ele bebe muito, fuma muita droga e bate muito na minha mãe. Se não tivesse isso eu morava com ele. Minha vida com minha família é ruim.” (Terra)

A violência não é um fenômeno social exclusivo da sociedade em que vivemos, é resultado de uma construção cultural, mas atualmente tem seu crescimento acentuado diante do aumento considerável do uso de drogas. A violência doméstica, entre os cônjuges, é vivenciada com tristeza pelos jovens. Isso pode ser justificado pela importância da presença dos pais ao seu lado e pais harmonizados para manutenção de ambiente de convivência saudável.

Na impossibilidade de convívio dos pais, tentam conviver com eles, mesmo que separadamente. A necessidade de conviver com a família é uma busca constante, manter contato, viver com esses familiares, fazer parte de suas vidas.

5.1.2 O Jovem

Na ausência de proteção social os jovens são vulneráveis e se envolvem com drogas, comportamento que justifica o acolhimento institucional desses jovens.

“Vim morar aqui, porque era envolvido com droga sabe?! Aconteceu que fiquei devendo ao traficante, eles queriam me matar.” (Mercúrio)
 “Muita gente lá fora fica te oferecendo bebida esses trens.” (Marte)
 “Eu usei droga quando eu fiquei na rua.” (Tulipa)
 “Minha irmã enchia muito a minha cabeça, fazia as coisas e minha mãe só via que eu era errado, por ela ser menor. Dava uma raiva. Às vezes, descontava nela, tacava alguma coisa nela, uma sandália. Hoje me arrependo...” (Mercúrio)

Alguns compreendem a necessidade da internação, principalmente quando há envolvimento com drogas. Além do envolvimento com as drogas os

comportamentos inadequados são motivos para estarem no abrigo, e que declaram estarem arrependidos.

Portanto, o abrigo torna-se uma necessidade quando a família ou os responsáveis pela criança ou adolescente não conseguem efetivar o direito essencial à formação e ao desenvolvimento dos seus filhos e quando o Estado não atua eficazmente, mediante políticas públicas e sociais, na garantia à proteção social da família. Dessa forma, o acolhimento institucional se revela como uma alternativa, dentre outras (famílias acolhedoras, adoção), de garantir a convivência, de forma provisória e excepcional (JAUCZURA, 2008).

“Eu quase nem ficava na escola, ficava o dia inteirinho brincando”. (Vênus)
 “Eu fazia bagunça demais. Ia para a lan house jogar, chegava em casa à noite. Aí minha mãe faleceu e a minha avó não tinha jeito de cuidar de mim, porque eu era um pouco menor e ela tinha que trabalhar.” (Marte)
 “... minha mãe começou a usar droga aí nós só sabíamos ir às festas. Não estudávamos nem nada.” (Rosa)

Em algum momento, mesmo com a dor do abandono e da separação, entendem este momento como uma oportunidade para o seu desenvolvimento. Os abrigos oferecerem condições para que desenvolvam adequadamente, mesmo privados da convivência familiar e não tem a intenção de substituir por completo a família.

“Estava fazendo muito bagunça, não ficava em casa. Tocava companhia dos outros, jogava pedra em cima da casa dos outros”. (Urano)
 “... era muito bruta, eu falava mal, eu bagunçava, eu não estava nem aí para o mundo. Vamos supor: se dane o mundo.” (Tulipa)

Foram identificados fatores de risco, vulnerabilidades e fatores protetores como, abandono escolar, prostituição, abuso de drogas, comportamentos violentos em outros ambientes e violência familiar.

Os riscos são relatados constantemente pelos jovens abrigados, sendo que, são decorrentes de fatores sociais e familiares que afetam seu comportamento. No entanto eles, em sua maioria relatam as vantagens de estarem nos abrigos e preferem a vida que tem hoje.

5.2 Proteção e Recursos

A construção dessa categoria deu-se a partir da análise e interpretação das entrevistas concedidas pelos entrevistados. Nessa categoria discutiremos como o abrigo promove acolhimento e proteção, conforme figura 3.



Figura 3 – Proteção e recursos
 Fonte: Alves (2014)

5.2.1 Proteção Contra Agressões, Drogas e Jogos em Rede

Na ausência da família para promover a formação e o desenvolvimento do jovem, o abrigo se torna uma necessidade, assim, tem como objetivo garantir a permanência de forma provisória e excepcional, como previsto nas normativas nacionais.

A visão que não tinham antes do acolhimento institucional descreve com exatidão a garantia de proteção, antes deficiente. Os motivos que levaram à institucionalização são diversos:

“Morar no rancho é bom, porque você fica, assim, longe das drogas.”
 (Marte)

“Lembro como era morar com minha mãe, era ruim, era chato porque nós éramos pequenos, não entendíamos como fazer as coisas direito. Quando nós fazíamos alguma coisa errada nosso padrasto vinha e batia em nós.”
 (Saturno)

“Não ficava em casa, ficava na rua.” (Urano)

“Meu padrasto é bêbado e não sou filho dele. Aí não dava certo não. Ele bebia demais, batia na minha mãe... Ele não gostava muito de mim.”
 (Margarida)

A dificuldade financeira, o surgimento de novos cônjuges, o comportamento inadequado dos jovens são caminhos que levaram ao acolhimento institucional diante da dificuldade ou impossibilidade do convívio familiar. O abrigo surge como medida de proteção, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente,

medida esta que deve ser aplicada, sempre que os direitos da criança e do adolescente forem violados (BRASIL, 1990).

“... lá fora eu não ia melhorar. Estava começando a mexer com drogas... Minha mãe e meu pai me batiam muito. Minha mãe não tinha tempo para cuidar de mim.” (Gardênia)

“... usava craque há três anos, antes usei maconha e cocaína desde os onze anos. Comecei a usar depois que minha mãe faleceu... Quando minha mãe morreu, meu pai não quis que eu morasse com ele.” (Gérbera)

“Vivíamos com nossa avó, então o filho dela que usava drogas todo dia a noite queria matar meu irmão.” (Netuno)

Destaca-se que nestes casos, o abrigo atende jovens que vivenciaram a violência, agressões, abandono e em muitos momentos o descaso dos familiares, e apresentam-se como uma oportunidade para o seu desenvolvimento com a efetivação do sistema de proteção e garantias às crianças e aos adolescentes. Neste estudo, os quatorze jovens entrevistados afirmaram fatores positivos diante do acolhimento institucional, como forma de proteção diante de agressões e uso de drogas.

No estudo com crianças e adolescentes em abrigos de Dell'Aglio (2000), mais da metade dos participantes consideraram a institucionalização um evento positivo em suas vidas. Assim, esses ambientes puderam prover apoio social às crianças e adolescentes, propiciando o desenvolvimento de aspectos saudáveis mesmo diante de adversidades.

5.2.2 Recursos Materiais

Ao tratar sobre a família e relações familiares em nossa sociedade, identifica-se claramente as situações de desigualdades e as dificuldades que enfrentam para sobreviver, com impacto sobre a vida das crianças e adolescentes. Compreender essas dificuldades é o ponto de partida para o trabalho das unidades de acolhimento. Os problemas podem estar ligados à estrutura familiar, ao número de irmãos e a posição do jovem entre eles e aos cuidados dispensados pela família aos filhos.

No que tange à estrutura familiar, nem todos os jovens pertencem à família constituída por pai e mãe, com recursos suficientes para uma vida digna. Verificam-se diversas situações como pais separados; órfãos; conflitos no ambiente familiar ou outro familiar assume a responsabilidade na ausência dos pais. Em muitos momentos, essas situações trazem obstáculos à aprendizagem, não oferecem

recursos materiais necessários, ausência de carinho e compreensão, itens necessários ao desenvolvimento saudável.

Um lar em que todos os esforços são despendidos a uma sobrevivência difícil, gera tensões e conflitos, sendo a criança jogada entre duas realidades diferentes: de um lado, a família sem recursos; de outro, a vida que exige ordem e organização.

“Eu tenho medo de voltar para casa... Aqui eu como, não preciso me preocupar com pagamento de despesas... com roupa para ir a escola, com sapato.” (Mercúrio)

“Eu acho bom morar aqui... penso que tem muitas pessoas lá fora que não tem um lugarzinho, assim, não essa liberdade que a gente tem de ter uma casa, de ter uma mesa pra gente almoçar, jantar...” (Tulipa)

A impossibilidade das famílias em prover recursos vivenciada por crianças e adolescentes abrigados, acarretam carências materiais e desejos de satisfação básica, sejam relacionados à alimentação ou à compra de roupas e de materiais escolares (PEREIRA, 2006). Decorre daí, que ao se referirem ao que é bom, ao que dá satisfação por encontrarem-se abrigados, nossos sujeitos apontaram o atendimento às suas necessidades materiais básicas, dificilmente satisfeitas quando em suas famílias de origem.

Precisamos compreender o que o jovem traz em suas atitudes e para isso é necessário ouvi-lo, conhecer suas expectativas diante da vida; examinar suas representações, entender como elas se formam; é preciso identificar os processos que fazem o indivíduo agir sob a influência de fatores culturais e socioeconômicos. “Aqui é um lugar ótimo pra se viver. Como dizem outras pessoas: aqui é um pedacinho do céu. Onde você vive na tranquilidade.” (Gérbera)

Nesse contexto, um aspecto que se torna relevante para o desenvolvimento humano consiste que desde o nascimento, a criança sofre influências familiares que, vão modelando seu comportamento, sendo a maior parte delas de forma inconsciente. Os pais não percebem que seu comportamento, sua maneira de ser, de falar, de conviver com as pessoas, tem enorme influência no desenvolvimento do filho.

5.2.3 Acolhimento, Convívio e Diversão

A família deveria ser o espaço ideal de convivência para a criança e o adolescente e quando esta não executa o seu papel de proteção, a unidade de

acolhimento torna-se uma necessidade. O abrigo é uma medida de proteção, conforme o ECA e que deve ser aplicada, em casos que haja necessidade da criança e do adolescente serem retirados do seu meio familiar e comunitário. A medida de proteção abrigo deve respeitar os princípios de brevidade, excepcionalidade e provisoriedade, priorizando a reintegração ou reinserção familiar (BRASIL, 1990).

A problemática que envolve a institucionalização na infância e na adolescência constitui-se em um tema de grande relevância social. Sua importância deve-se ao grande número de jovens em situação de institucionalização e à preocupação relacionada à qualidade do atendimento oferecido por essas instituições (GUIMARÃES, 2012).

A unidade de abrigo deve atender as necessidades desses jovens respeitando suas fragilidades e necessidades particulares, diante do processo de separação, representado pela saída do seio familiar. A chegada à unidade e a convivência geram sentimentos, sensações, sendo estes narrados pelos entrevistados:

“Quando cheguei aqui foi meio estranho, mas me lembro. Foi em 2011 que vim, não esqueço não.” (Mercúrio)

“As Irmãs me acolheram... O que achei aqui dentro dessa casa de interessante foi o carinho que elas têm pelas pessoas da rua. O carinho, o amor, o afeto que elas tiveram por mim, me mantém aqui...” (Tulipa)

“Uma coisa que me fez bem, ter a prova de que tudo pode melhorar, que nem todo mundo é igual, foram as freiras. Mostraram que elas nos amam como se fossemos suas filhas, mostrando que, elas estão sendo a mãe que não tivemos, a mãe que dá força, que mostra o que é certo e o que é errado.” (Rosa)

O abrigo deve ser similar ao que se espera de um ambiente familiar adequado, diante deste quadro, tem que ser acolhedora, contar com profissionais que respeitam suas necessidades individuais, proporcionar sensações agradáveis, na tentativa de minimizar os sofrimentos já vivenciados. Neste momento o jovem se encontra em sofrimento, em um ambiente estranho, em contato com várias pessoas pela primeira vez. Os jovens descrevem a forma que sentiram e sentem o acolhimento destas instituições:

“... Já tem dois anos que estou nesta casa. Acho bom morar aqui, não é ruim não.” (Tulipa)

“Gostei daqui. Quando vim não tive vontade de fugir.” (Júpiter)

“Acho que aqui estou mais feliz. Gosto de tudo. Eu me sinto protegida.” (Gardênia)

A convivência e principalmente a diversão, causam mudanças nas fisionomias. A alegria e satisfação são claramente observadas:

“Nós vamos ao ginásio, ao acampamento. Nós saímos, às vezes para jogar bola em outros lugares. Semana passada nós fomos a Caldas Novas, na próxima semana vamos passar um dia em Goiânia. É assim, variado.”

(Urano)

“Eles sempre nos levam para passeios. Passeamos aos sábados”

(Gardênia)

“Às vezes quando alguém faz doação elas organizam passeios para nós. Nos levam ao clube Ferreira Pacheco, nos levam a chácara nos finais de semana.” (Lírio)

A atividade sócio educacional é um fator essencial para o desenvolvimento dos jovens. Este fato é refletido, em estudo por Formiga (2006), no qual, quanto maior o investimento em hábitos instrutivos (hábitos de lazer que apresentaram atividades mais sociais, intelectuais e educativas) maior poderá predizer os indicadores do rendimento escolar, como, horas de estudo, autoconceito como estudante e notas finais. Sendo que, as instituições investem, conforme sua condição econômica, em hábitos de lazer focando em atividades sociais e educativas que, no entanto são limitadas pelas doações financeiras.

5.2.4 Mobilização de Sentimento Religioso

Nas duas unidades de abrigo, identificamos o contexto religioso. A Casa Talitha Kum é administrada por Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica, as Irmãs Passionistas São Paulo da Cruz e Missionários Redentoristas. A prática religiosa pode ser verificada na vida das crianças e adolescentes que residem neste abrigo, através da catequese, missa e dos cuidados diretos realizados pelas freiras.

O Rancho Novo Horizonte não é uma entidade única, ela existe em vários outros países e foi fundada com o intuito de não ser um abrigo temporário ou programa de reabilitação. O lar tem sido desenvolvido para suprir as necessidades de crianças e adolescentes capazes e com motivação para realizar, com a devida assistência, um aperfeiçoamento em suas atuais e futuras oportunidades de vida. A prática protestante está presente no cotidiano e nos rituais religiosos. As orações ocorrem antes das refeições, no domingo e em datas comemorativas, religiosas ou não. A ideia de criação do Lar surgiu nos Estados Unidos, dessa forma feriados como o dia de ação de graças é comemorado conforme ocorre no referido país.

Nos momentos de questionamento e busca por respostas diante das necessidades e limitações humanas, o imaginário religioso está presente, como podemos observar:

“... às vezes tenho vontade de ir embora, às vezes sinto vontade de voltar a ter uma vida, liberdade... mas vem Deus e me acalma. Aí continuo aqui e fico aqui ainda, por causa de Deus.” (Mercúrio)
 “Minha mãe fala que pode ser tarde, mas penso que Deus vai me ajudar.” (Mercúrio)

Muitas vezes o sentimento religioso surge como uma tentativa de explicar, de fortalecer e até mesmo justificar os sofrimentos vividos.

“Sou responsável pelos louvores do culto. Arrumo todinha a programação da capela.” (Netuno)
 “A fé sempre anda comigo. Realizei o batismo, a crisma e a catequese que fiz dois anos também.” (Lírio)

Na busca pelas explicações racionais, a fantasia não é considerada, pois se afasta daquilo que acreditamos ser uma explicação racional dentro dos padrões conhecidos. Porém, sabemos que a ciência está longe de dar respostas a todas as necessidades e limitações humanas e, dentro delas, a necessidade de compreender coisas como a finitude e o sentido da vida. Aí que se instaura o imaginário religioso, apreendido desde a primeira socialização (QUINTILIANO, 2008).

As experiências religiosas vivenciadas pelo jovem neste ambiente em que está inserido podem contribuir em sua formação enquanto adulto. Podemos perceber que o ambiente e as práticas religiosas influenciam suas ações e direcionam a uma prática religiosa específica.

5.2.5 Propicia Vida Melhor

O abrigo é identificado como uma nova possibilidade de cuidados, de assistência e segurança, proporcionando uma vida melhor, mais realizada. Isso ocorre quando a família não exerce papel essencial na vida desses indivíduos. A estruturação da família está diretamente ligada ao momento histórico em que a sociedade está inserida e ao se abordar a família é preciso considerar a estrutura e o desempenho dos papéis parentais.

A família tem papel essencial no desenvolvimento biopsicossocial dos indivíduos. Sendo que, a principal função biológica da família é garantir a

sobrevivência da espécie humana, fornecendo os cuidados necessários para que o ser humano possa se desenvolver adequadamente (PRATTA; SANTOS, 2007).

O abrigo em muitos momentos assume a função da família, o que é percebido em várias falas:

“Quando me perguntam e querem saber como é aqui dentro sempre falo, nossa lá é bom, lá as freiras ajudam, te levam ao médico...” (Tulipa)

“Morar aqui, acho bom demais. Aqui é melhor que minha família.” (Mercúrio)

“Se eu estivesse morando com minha mãe e meus irmãos, estaria menos feliz.” (Saturno)

“Gostei muito daqui. No primeiro dia que visitei já disse, meu sonho é morar numa fazenda.” (Netuno)

Em vários momentos o abrigo assume a função da família e é considerado um lugar de afeto. Portanto, essas instituições conseguem proporcionar aos indivíduos relacionamentos interpessoais, estabelecendo trocas afetivas, as trocas são essenciais ao desenvolvimento do ser humano.

A função social da família é, em muitos momentos, substituída pela instituição, local de oportunidades, amor, carinho e acompanhamento de suas necessidades.

“... Meu irmão saiu daqui, desde então escolhi ficar, poderia ter voltado. Eu não quis, aproveitei a chance.” (Netuno)

Quando cheguei foi o melhor dia da minha vida. Achei bom demais.” (Netuno)

“Morar aqui é bom... Perto do que vivi lá fora é bom.” (Rosa)

“... Minha vida lá fora era meio bagunçada. O Conselho Tutelar falava que aquilo não era vida para adolescente... Agora sim eles dizem que estou levando uma vida normal mesmo.” (Rosa)

As unidades de abrigo são caracterizadas como locais que amparam e protegem. Nesse contexto, destaca-se que abrigos que assistem adolescentes em sua transição para o ingresso na sociedade, objetivam a saída do abrigo como foco de suas ações. Sendo que as atividades (educação, cursos, passeios) devem ser trabalhadas no sentido de preparar o jovem para seu afastamento da casa lar, colaborando, para que este possa construir sua autonomia e sua relação com o meio social (PORTO; SZORTYKA; HEIDRICH, 2012).

5.3 Oportunidade de Desenvolvimento

Esta categoria foi construída com o objetivo de descrever, através do olhar dos jovens, o que o abrigo acrescenta em sua formação. Dois aspectos devem ser

abordados para que seu potencial seja mais bem utilizado. Estes aspectos deram origem aos códigos apresentados na figura 4.

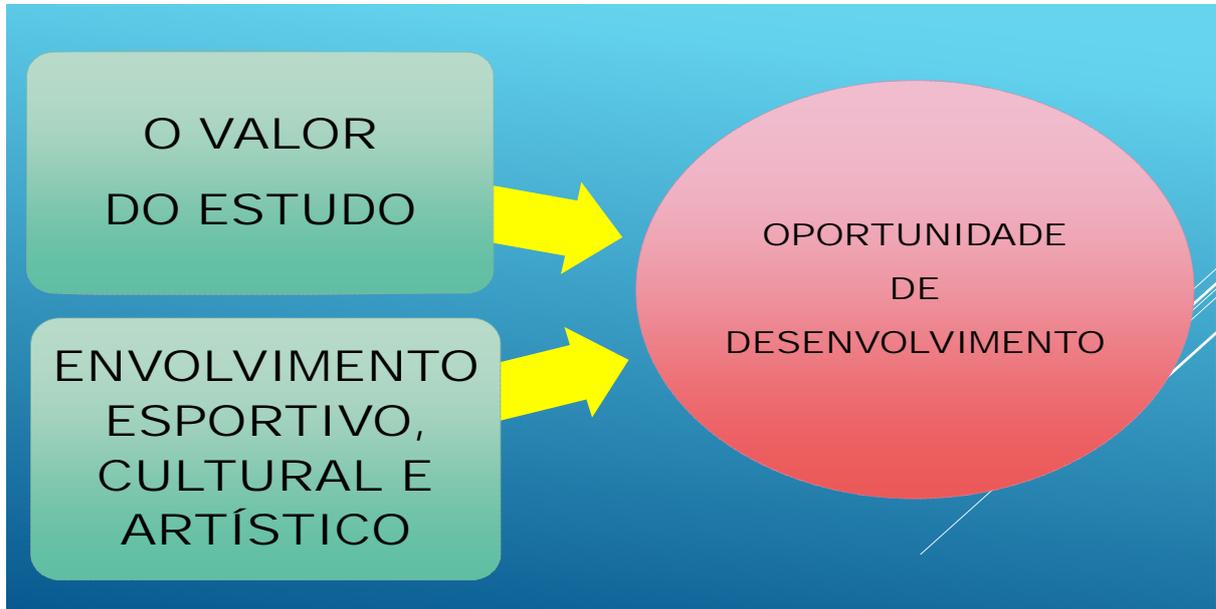


Figura 4 – Oportunidade de desenvolvimento

Fonte: Alves (2014)

5.3.1 O Valor do Estudo

Muitos jovens com rendimento escolar ruim são direcionados às unidades de acolhimento, para que atinjam melhores notas e consigam prosseguir com os estudos, dentre outros fatores. O desinteresse nos estudos é resultado de inúmeros fatores sociais e familiares. Vale destacar, que as crianças e adolescentes caracterizam-se como o grupo mais vulnerável aos efeitos da pobreza e da exclusão social. Nesse sentido, conseguem aos poucos despertar interesse e até mesmo conscientizarem sobre a necessidade de adquirirem conhecimento, proporcionando ambiente favorável à aprendizagem.

“Vim para cá porque ficava muito na rua e não gostava de ir a escola, aí meus estudos estavam fracos.” (Marte)

“Aprendi muita coisa aqui porque lá fora eu não estudava direito. Vim para cá, aí comecei a estudar direito, um pouco. Eles me ajudam...” (Júpiter)

“É que eu matava muita aula.” (Gardênia)

O estudo de uma língua estrangeira desperta interesse e torna os jovens mais dedicados na busca pelo conhecimento. O inglês se torna uma ferramenta de destaque na trajetória desses jovens no lar. As orações realizadas no refeitório, os

filmes que assistem e as conversas com o fundador do Rancho Novo Horizonte, que atualmente reside nos Estados Unidos, ocorrem na língua inglesa. Essas atividades cotidianas facilitam a aprendizagem e estimulam o estudo, além de possibilitar a realização de cursos universitários em países estrangeiros.

“Aqui aprendemos inglês, estudo coisas que talvez lá fora nunca tivesse oportunidade de estudar. Tenho que aproveitar a oportunidade enquanto posso... Fico imaginando a vida que tenho aqui no rancho. Eu estudo, só estudo.” (Mercúrio)

“Reprovei lá fora porque não estudava. Agora estou começando a gostar de estudar. Aqui é bom para aprender inglês e estudar bastante.” (Vênus)

As oficinas de trabalhos manuais fazem parte do cotidiano na Casa Talitha Kum e ocorrem semanalmente sob a supervisão de profissionais. Atualmente não ocorrem no Rancho Novo Horizonte, pela dificuldade em encontrar voluntários que possam ensinar, sendo a longa distância do Rancho até a cidade a principal causa.

“... antes eu não sabia o que era artesanato e aqui as Irmãs ensinam a fazer fuxico, a bordar. Tudo que você pensa elas ensinam.” (Tulipa)

“Aqui você tem o trabalho manual, bordado, tem que ir para a sala de oficina.” (Lírio)

Santana *et al.*, (2004) entende que, tanto a instituição de atendimento, quanto funcionários com preparação adequada podem desempenhar papel importante para crianças e adolescentes em situação de risco. Nesse sentido, o ambiente institucional pode proporcionar um leque de possibilidades aos jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, propiciando o desenvolvimento de fatores resilientes.

A passagem por uma instituição de abrigo pode oferecer novas oportunidades aos jovens. Através da exigência do estudo eles se envolvem com o universo do conhecimento e despertam para novas habilidades e interesses. A responsabilidade é incorporada as suas preocupações até mesmo com os pais, o desejo de reestruturar a família financeiramente e emocionalmente é presente em vários contextos.

5.3.2 Envolvimento Esportivo, Cultural e Artístico

O jovem que participa de atividades culturais e artísticas enriquece seu universo. Estas atividades podem ampliar sua percepção de mundo e aumentar seu interesse em descobrir novos conhecimentos. Esses momentos não ocorrem nos

abrigos com a frequência que os jovens gostariam, em razão da escassez de doações financeiras para este fim.

Eles, em sua maioria, descrevem interesse por atividades esportivas, principalmente os meninos. Estas atividades proporcionam momentos de lazer, descontração e união entre eles. São atividades em que há interação e diversão:

“O que mais gosto de fazer é jogar futebol... Eu tenho meu tempo de diversão aqui.” (Mercúrio)

“Eu gosto de assistir filme, gosto de jogar futebol, nadar, essas coisas assim.” (Terra)

“Eu gosto de jogar bola. Quero ser jogador de futebol...” (Saturno)

“O que mais gosto de fazer é jogar bola.” (Gardênia)

A ideia de movimento, de transformação e de desenvolvimento está presente nas direções dos abrigos. Os responsáveis dão ênfase à perspectiva de futuro, do que podem vir a ser como cidadãos, profissionais, pais de família, enfim valorizam o desenvolvimento das potencialidades dos meninos através do estímulo a participação em atividades culturais e artísticas:

“O que mais gosto é desenhar, grafitar. É umas coisas assim, na rua, na parede, grafite. Desenho mais ou menos, vou treinar, porque já me ofereceram curso.” (Júpiter)

“Na próxima semana vamos ao zoológico e ao cinema também.” (Gérbera)

“Saio para cantar. Já fomos a quase todas as cidades ao redor para cantar. Faço abertura de festas, de concursos de música e até participo de concursos.” (Netuno)

“Fazemos passeios, nas férias quando conseguimos doação para a casa nós vamos a alguns passeios, como clube, parque de diversões.” (Rosa)

Durante a pesquisa, foi possível acompanhar e compreender a postura dos educadores. Observando o trabalho educativo foi possível compartilhar, refletir e analisar, a vivência do jovem abrigado. As atividades culturais são essenciais para o desenvolvimento dos mesmos, além do entretenimento que propicia bem estar, momentos de felicidade e principalmente integração.

5.4 Vínculos Afetivos

Esta categoria surge da análise e interpretação das entrevistas. Seis aspectos são abordados na compreensão da manutenção e desenvolvimento dos vínculos afetivos, considerando família, escola e ambiente institucional. Estes aspectos deram origem às subcategorias e aos códigos apresentados na figura 5.

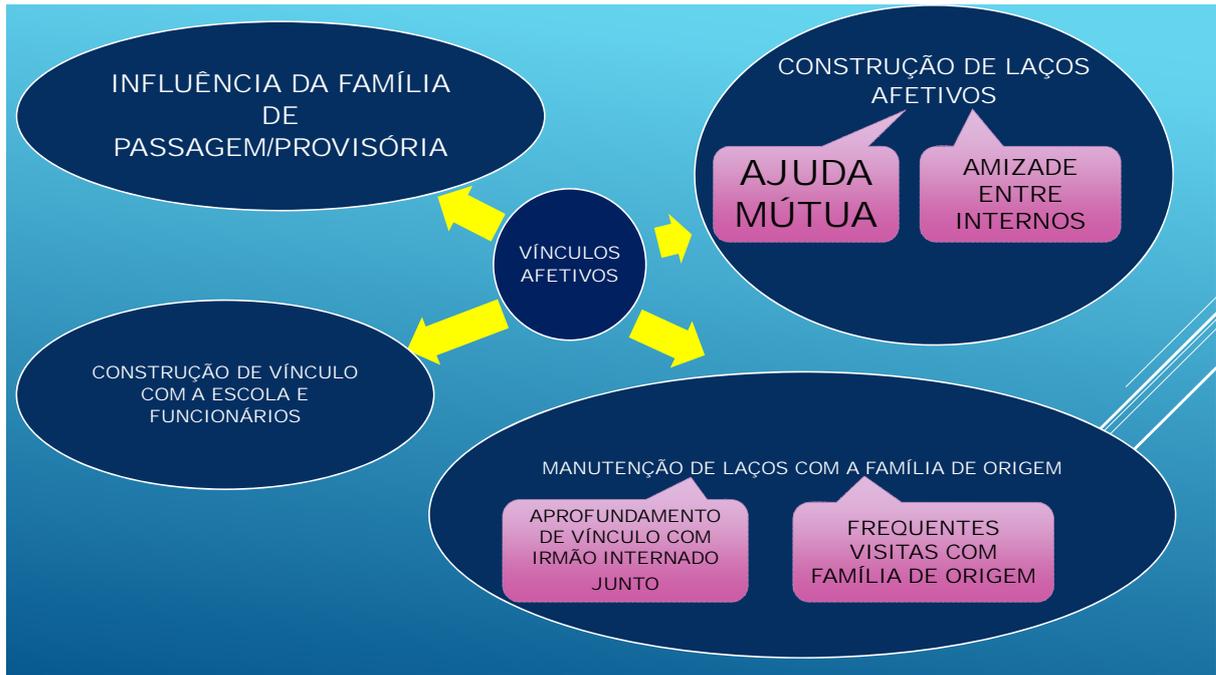


Figura 5 – Vínculos afetivos

Fonte: Alves (2014)

5.4.1 Influência da Família de Passagem/Provisória

A transitoriedade e a continuidade do acolhimento presente nas famílias adotivas, ou de passagem, são importantes para o desenvolvimento emocional. Um ambiente que garante segurança e confiança proporciona ao jovem vivenciar a ressignificação de sua história de sofrimento e só é possível diante de um adulto cuidador.

Portanto, as experiências vivenciadas pelo jovem, tanto no contexto familiar quanto nos outros ambientes nos quais ele está inserido, contribuem diretamente para a sua formação enquanto adulto, sendo que, no âmbito familiar, o indivíduo passa por experiências genuínas em termos de afeto, dor, medo, raiva e inúmeras outras emoções, que possibilitarão um aprendizado essencial para o futuro (PRATTA; SANTOS, 2007).

A reinserção familiar de crianças e adolescentes abrigados tem sido amplamente discutida. Este processo pode ser designado como desligamento institucional ou até mesmo reintegração familiar e refere-se à saída do abrigo e o retorno à família, podendo ser a de origem ou a adotiva.

Alguns jovens conviveram com famílias provisórias e descrevem como esse período foi marcante em suas vidas. A possibilidade de adoção é lembrada e

manifestada por poucos jovens, pois o desejo de retorno ao seio familiar, família de origem, é mais frequente.

“Só recebi visita de uma mulher que gostou de mim. Falou que vai me adotar.” (Vênus)

“Eu achei ruim largar meus pais adotivos. Eu até chorei no dia que vim, chorei mais de emoção... Não fiquei com eles, porque fazia bagunça, briga no colégio. Quando peço, eles me visitam.” (Terra)

“Os pais adotivos do meu irmão me visitam e trazem meu irmão.” (Terra)

O retorno ao convívio familiar é promovido nos casos em que as famílias apresentam condições favoráveis para a manutenção dos laços e diante disso, as instituições fazem o acompanhamento para promover o retorno. O restabelecimento e a preservação dos vínculos familiares são proporcionados frequentemente pelos abrigos, respeitando as ordens judiciais, a condição de cada família, da criança e do adolescente.

5.4.2 Construção de Vínculo com Escola e Funcionários

As crianças e os adolescentes abrigados sofrem diante das dificuldades das relações familiares, além disso, estão adentrando um mundo desconhecido gerando incertezas e apreensão. A convivência institucional ocorre entre crianças e jovens que viveram adversidades, razão pela qual, as instituições são mais reservadas quando consideram o mundo exterior. Sendo mais rígidas as rotinas, os profissionais, educadores, dirigentes e demais trabalhadores devem dar atenção especial aos internos e buscar sempre atender as suas necessidades de forma específica, respeitando sua individualidade (SILVA, 2004).

O contexto do abrigo e das escolas que recebem esses jovens deve ser direcionado a possibilitar o desenvolvimento adequado deles, buscando consolidar-se como espaço de promoção de vínculos. É necessário promover ambientes alegres, seguros e promotores de resiliência, o que significa proporcionar um ambiente que estimule os fatores de proteção, ambiente agradável e seguro:

“Eu vou uma vez por mês na casa da minha professora de história. Ela me busca e depois me traz. Ela vem, a hora que pedir, ela vem.” (Saturno)

“Aqui todos são meus amigos. Quem mora e quem trabalha, aqui é minha família. Até meu irmão mora aqui... Tenho amigos na escola, bastante” (Saturno)

“Sou mais apegado ao Henrique. Por que ele me fez crescer assim, mais de acordo, sabe? Os outros também me ajudaram bastante, ajudaram muito. Mas ele sempre está por perto, para me ajudar quando preciso.” (Saturno)

A escola faz parte do universo dos jovens, lá descobrem novos amigos e desenvolvem laços de amizade entre colegas e profissionais. Além disso, privilegia o contato com outros adolescentes, desenvolvendo relações que melhoram a qualidade de vida das crianças e adolescentes internas que estão privadas de contatos com sua família ou com o mundo externo. Os jovens se apegam aos profissionais que compõem esse universo tão importante, a escola.

5.4.3 Construção de Laços Afetivos Entre Internos

Ao ser abrigado e retirado de sua família, o jovem, sofre a ausência do apego e as dificuldades no estabelecimento de laços e vínculos afetivos, estas são amenizadas com a convivência diária.

5.4.3.1. Ajuda Mútua

Através da demonstração de afeto as crianças e adolescentes se sentem queridos e aceitos no meio em que convivem. Os adolescentes se unem com o objetivo de auxiliar uns aos outros e, a partir dessa experiência conseguem identificar as relações sociais que resultam em união, principalmente nos momentos de sofrimento. Podemos observar esse relacionamento no momento em que sucede a internação de um novo membro na casa lar, ele é acolhido e buscam auxiliar no que é possível, de todas as formas necessárias.

As crianças e os adolescentes, vítimas de violência doméstica, identificam família como pessoas com quem mantêm ligações afetivas, independentemente dos laços consanguíneos. Essas representações condizem com a maneira de conceituar família, nesse contexto, entende-se como família, “uma associação de pessoas que escolhem conviver por razões afetivas e assumem um compromisso de cuidados mútuos e, se houver, com crianças, adolescentes e adultos” (SZYMANSKI, 2002, p. 9).

Na ausência dos pais e do ambiente familiar, os jovens encontram formas de se ajudarem diante as dificuldades e dos sofrimentos vivenciados. A relação de ajuda une os jovens no convívio diário, as afinidades vão surgindo e os relacionamentos se fortalecendo.

“Eu acho que um amigo é aquela pessoa que está com você em todos os momentos. Não importa se é momento de felicidade ou de dificuldade. Se é seu amigo, ele está com você naqueles momentos. Acho que um amigo precisa te ajudar, te aconselhar. E quando você necessitar dele ele está de braços abertos para te ajudar. Eu acho que isso é um amigo de verdade... Tem um morador, eu acho que ele é um dos meus melhores amigos aqui. Nunca tive um amigo assim igual a ele.” (Mercúrio)

“Só tenho amigo aqui dentro, são os meninos que moram aqui... Amigo é quem, nos momentos mais difíceis está lá para ajudar e falam bem da gente. Eles me ajudam.” (Vênus)

Esses jovens, em sua maioria, vitimados em seus lares de origem, caracterizam família como pessoas que escolhem para compartilhar o dia a dia por razões afetivas e buscam preservar essas pessoas.

O afeto que os jovens desenvolvem no ambiente em que se encontram resulta em fortalecimento das relações com os outros jovens, e no fortalecimento de si mesmos. O relacionamento presente neste ambiente de convívio é resultado das necessidades vivenciadas e da oportunidade de auxiliarem uns aos outros. É notável a importância que se dá a ajuda, ao doar e auxiliar em atividades diárias, atividades simples.

5.4.3.2 Amizade entre Internos

O ambiente institucional permite a formação de laços de amizade entre os adolescentes. Praticamente todos relataram que em algum momento da internação, identificaram outros internos como seus amigos.

Os laços de amizade entre internos são formados pelas afinidades, vivências semelhantes, companheiros de brincadeiras, pessoas com as quais compartilham suas histórias, suas dores e os momentos de diversão.

A resiliência integra várias perspectivas, como a realidade social e econômica em que os jovens estão inseridos. A tentativa de se ajudarem na superação dos traumas vivenciados pode ser um fator preponderante para a formação de amizades. A existência desses laços é verificada na experiência relatada pelos jovens.

“Tenho amigos fora e aqui. Amigo é quando, você está na lama difícil, e que quando está triste, consola.” (Júpiter)

“Eu tenho muitos amigos. Pode dizer que é quase todos daqui, porque comigo não tem dessa não.” (Margarida)

“Todos aqui são meus amigos. São todas as pessoas são incríveis.” (Netuno)

“Aqui dentro tive uma amiga. Só que ela foi embora... Ela foi uma amigona

mesmo... Agora no momento tenho uma colega legal, nós somos até do mesmo quarto, nós ficamos juntas. Nós nos damos bem.” (Rosa)

A manutenção dessas relações tem como objetivo proporcionar certa segurança, através do companheirismo e cumplicidade entre os jovens. Essa convivência agradável é retratada por eles como uma busca por um ambiente acolhedor e harmonioso em que muitos jovens conseguem familiarizarem com outros internos de forma que identificam essas relações como amizades verdadeiras.

5.4.4 Manutenção de Laços com a Família de Origem

Nesta subcategoria discutiremos as abordagens das unidades de acolhimento na tentativa de manter o adolescente em contato com seus familiares, garantindo assim caráter provisório e excepcional, conforme preconizado pela legislação vigente (BRASIL, 1990).

5.4.4.1 Aprofundamento de Vínculo com Irmão Internado Junto

O abrigo funciona de acordo com a necessidade de proteção de crianças e adolescentes, sendo que, estes em sua maioria, têm pais biológicos ou adotivos vivos. Por motivos e circunstâncias variáveis, os pais encontram-se sem condições, seja de ordem financeira ou moral, seja de saúde física ou psíquica, para o convívio.

De acordo com histórias relatadas pelos jovens, os fatores que impedem a permanência das crianças nas famílias são em sua maioria, o alcoolismo, o uso de drogas, a violência física e sexual, a miséria, assim como a ausência de um dos pais ou de ambos.

Após vivenciar o abandono a jovem faz uma reestruturação de papéis, na ausência dos pais, assume a postura de responsável pela irmã mais jovem. Sofre, se esforça e busca a melhor forma de protegê-la e orientá-la no momento de desamparo.

“Minha irmã morou aqui comigo ano passado, mas só que ela teve que ir para outro abrigo... Ela é mais nova, meu xodozinho. Nossa, tenho um apego tão grande por ela... Nós ficávamos muito na rua, aí o Conselho pegou e nos trouxe para cá. Hoje ela está no CEVAM, outra casa de abrigo. Final de semana passado ela veio para cá ficar comigo... Se estivesse com meus pais, seria um desgaste para mim e para a minha irmã, porque eu não ia conseguir, se estivesse usando droga, não conseguiria cuidar da minha

irmã, ia deixar ela pra lá. Ela que teria que cuidar dela mesma, porque quando a droga come os seus neurônios, nossa, você não pensa em mais nada, você só quer droga, droga, droga, droga....” (Tulipa)

Algumas crianças e adolescentes têm irmãos internados na mesma instituição, o que atenua, em parte, seu desamparo e sofrimento. Estabelece-se forte vínculo entre os irmãos e também nas relações de amizade construídas dentro da instituição.

“Meu irmão mais velho, tem quinze anos. Ele está na casa dos pais adotivos. Só que ele vai voltar agora, no sábado para o rancho de novo. Ele já passou por aqui muitas vezes. Ano passado fiquei com meu irmão aqui.” (Terra)

“... Praticamente aqui é minha família. Meus irmãos. Meu irmão também mora aqui.” (Saturno)

“Tenho um irmão. Ele morava aqui no rancho, foi embora no começo do ano passado. Ele vai voltar agora, acho que esse mês ele volta para o rancho...” (Netuno)

É notável que o convívio entre irmãos nos abrigos fortalece os sentimentos que unem a família. É não estar sozinho ou apenas com novas pessoas, e sim estar com alguém que remete a sua identidade, sua origem, seu desejo que retornar a família. O desejo de retorno à família de origem é presente em seus relatos constantemente e a felicidade de poder conviver com os irmãos são visíveis nos atos e falas.

Determina-se no artigo 92 do ECA, que as entidades que desenvolvem programas de abrigo adotem, entre outros princípios o não desmembramento de grupos de irmãos e evite, sempre que possível, a transferência para outras unidades de abrigo. Neste contexto, fica garantida a manutenção do vínculo familiar com a preservação do grupo de irmãos, proporcionando à criança e ao adolescente, a manutenção da unidade familiar. “Dois irmãos biológicos formam sim uma família e a natureza dos laços de fraternidade que unem dois irmãos não é diferente dos laços que unem mãe e filho: ambos de natureza consanguíneas” (SILVA, 2004, p. 85).

5.4.4.2 Frequentes Visitas com Família de Origem

Na assistência a jovens abrigados devemos considerar os percursos que podem tomar o desenvolvimento humano quando há institucionalização precoce e prolongada. Portanto, os processos de reinserção familiar conduzidos por profissionais dos abrigos são planejados conforme as informações obtidas em

abordagens iniciais, através da observação da dinâmica de interação social no ambiente doméstico e institucional.

Por isso, entende-se que as preocupações relativas à preparação, efetivação e conclusão do processo de reinserção familiar devem ter como propósito:

Assegurar que a família, devidamente apoiada, sinta-se em condições de voltar a assumir deveres, obrigações e direitos em relação à criação dos filhos, posto que, em diferentes fases da vida a criança e o adolescente devem viver sob os cuidados dos pais, preferencialmente no seio de sua família de origem (CAVALCANTE; SILVA; MAGALHÃES, 2010, p. 3).

Na impossibilidade do convívio familiar permanente, as instituições de acolhimento proporcionam a continuidade do contato familiar, através das visitas, e mesmo por telefone, neste caso, as visitas são menos frequentes. O vínculo é mantido entre o jovem e os membros de sua família, e é considerado importante por eles:

“... Também vou em casa. Quando eu quero, vou lá... Eu vou mais lá do que minha mãe vem aqui... Minha mãe não vem, porque é bem difícil para ela. Vou lá com meu irmão.” (Saturno)

“Minha avó e meu tio me visitam.” (Urano)

“Eu visito minha família às vezes... Minha mãe vem aqui direto... Eu sempre vou lá em casa. Geralmente vou lá de dois em dois meses. Eles telefonam quase toda semana. Minha mãe vem de dois em dois meses, de três em três meses. Mas ela sempre está telefonando.” (Margarida)

“... vou para a casa dos meus pais nas férias... Nos feriados e nos finais de semana, às vezes, elas ligam para os nossos parentes, para o meu pai, meu tio, minha mãe, minha tia. Aí nós conversamos, nós temos contato pelo telefone.” (Tulipa)

Estes relatos descrevem a importância do contato familiar e o carinho que ainda sentem por seus familiares, e a necessidade de ter os familiares por perto é perceptível em sua fala.

“Posso visitar algumas pessoas da minha família... Só tenho contato nas férias, com uma irmã que está aqui em Goiânia e com os dois pequeninos que estão com a família de apoio. De vez em quando tenho contato com o outro... Minha mãe não pode me visitar aqui, mas de vez em quando eles nos levam para vê-la... Meus irmãos vêm me visitar, a mulher da família de apoio que está me considerando como filha, que morei lá um tempo, ela vem, os filhos dela vêm me visitar.” (Rosa)

“...Amanhã mesmo vou à casa da minha avó.” (Lírio)

Ao relatarem as visitas dos familiares e aos familiares, é perceptível a necessidade de justificar a ausência dos membros da família. Ressaltamos que medidas com o objetivo de fortalecimento do vínculo afetivo entre a criança ou o

adolescente e sua família devem ser adotadas pelos abrigos, já que com essa ligação e interação contínua se constrói afeição e reforça o convívio social.

5.5 Possibilidade de Superação

Esta categoria é produto da interpretação das entrevistas e das observações em campo, que permitiram apontar a presença de processos resilientes nos jovens pesquisados. As subcategorias descrevem o processo de desenvolvimento, por sua vez, identificam fatores de proteção relevantes que favorecem o desenvolvimento da resiliência nos adolescentes citados na figura 6.

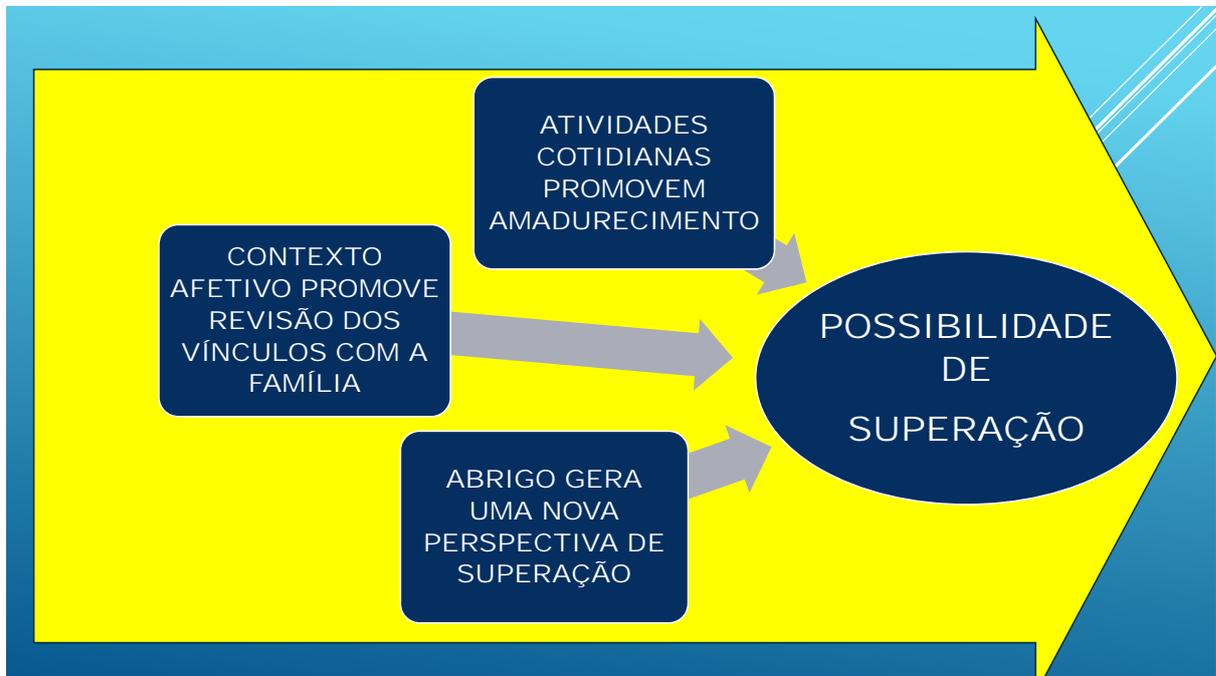


Figura 6 – Possibilidade de superação.

Fonte: Alves (2014)

5.5.1 Atividades Cotidianas Promovem Amadurecimento

Todas as fontes de dados utilizadas na pesquisa permitiram observar o processo de desenvolvimento dos jovens, e por sua vez, identificar e analisar fatores de proteção relevantes que favorecem o desenvolvimento da resiliência.

No que concerne às observações das atividades cotidianas, observa-se numa perspectiva de análise do ambiente, a participação de todos os jovens nas atividades de manutenção das unidades de acolhimento. Em sua maioria demonstram identificar a necessidade de mudanças de comportamento e retratam a

realidade de forma diferente do momento em que chegaram, sendo a convivência diária a causa das mudanças atuais.

Diversos autores têm salientado a importância da compreensão do desenvolvimento humano como resultado da interação das características constitucionais da pessoa e do seu ambiente. Assim, observa-se maior ênfase nos fatores de proteção que modificam, melhoram ou alteram respostas a determinados riscos de desadaptação (ISMAEL, 2005).

Para compreendermos o caminho percorrido pelos jovens no abrigo, precisamos considerar as rotinas específicas a que são submetidos. Inicialmente essas atividades podem causar certa intolerância, mas com o passar do tempo eles conseguem identificar vantagens na realização das tarefas.

No Lar Rancho Novo Horizonte existe uma forma de progressão a que o jovem está sujeito. De acordo com as mudanças de comportamento e participação nas atividades do Rancho o jovem irá subir em uma colocação interna, a posição em que se encontra irá definir a casa em que reside, as atividades que realiza e em alguns casos poderá visitar sua família com maior frequência. Este lar não é um abrigo temporário, é um local que prioriza a valorização da capacidade dessa criança ou do adolescente.

Podemos verificar que os jovens conseguem vivenciar o amadurecimento diante deste novo ambiente, compreender este ambiente antes estranho, como meio de aprendizagem em momentos específicos da vida:

“Hoje não gostaria de ir embora. Porque estou numa fase ainda de me estruturar dentro da casa, eu era bruta, falava mesmo, xingava, bagunçava, não estava nem aí para o mundo. Vamos supor, se dane o mundo. Hoje não quero ir embora...” (Tulipa)

“Aqui, oferece uns costumes melhores na mesa, boa educação, não libera muito a agressão física, coisas do mundo lá fora, tipo fumar essas coisas... Aqui é muito rígido, mas se for ver, assim, ajuda. Ajuda muito. Eu acho muito bom aqui... O pessoal elogia muito minha comida. Aprendi com a cozinheira... minha área é sobremesa... Aqui nós somos responsáveis pela lavadeira.” (Netuno)

“Tudo que consegui conquistar até hoje foi com a ajuda das freiras. Elas mostrando que gostavam de mim, acreditavam que eu podia melhorar. Acho que o amor e o carinho são essenciais.” (Rosa)

Na amostra das entrevistas, observa-se a percepção do suporte social oferecido por membros das instituições, pois os participantes apresentam relatos relacionados aos variados tipos de apoio que recebem na instituição. Percebe-se

que a maioria apresentou uma percepção positiva, elencando vários aspectos das unidades de acolhimento.

Observa-se fatores de proteção no desenvolvimento das adolescentes como a autoestima positiva, autocontrole, otimismo, persistência, esforço e satisfação com a situação atual, indicando influências positivas do contexto institucional que modificaram as respostas pessoais e sociais dos jovens.

Nesse contexto, podemos apontar presença de processos resilientes nos jovens pesquisados, sendo que indivíduos resilientes conseguem encontrar sentido para a vida, autoestima, bom humor, iniciativa, criatividade, autoconfiança e boas expectativas com o futuro.

Entendemos que a vivência no abrigo deve ser interpretada como uma possibilidade ampla de gerar alternativas adequadas aos jovens, conseguem fazer com que as atividades realizadas dentro e fora da instituição, sejam transformadas em possibilidade de aprendizagem, crescimento e despertar para novas realidades.

5.5.2 Contexto Afetivo Promove Revisão dos Vínculos com a Família

Trabalhar com família é considerar o micro e o macrosocial, o ser humano em sua individualidade e sua coletividade. A família possui direitos e responsabilidades, permite a interação com pessoas e familiares. Desenvolve objetivos e proporciona meios de crescimento, desenvolvimento, saúde e bem estar dos membros (STAMM; MIOTO, 2003).

Como uma unidade em constante transformação, a família passou e passa por constantes modificações. Definir um conceito para família é uma tarefa complexa, especialmente quando assumimos como referência os próprios valores, crenças e experiências pessoais. A tendência é conceituarmos a família a partir de nossas próprias referências de família.

A falta da família é constante nas falas apresentadas, e retratam sofrimento e saudade. Evidenciam a revisão nos comportamentos apresentados durante o período de convívio com os familiares. Esta revisão de comportamento pode ser decorrente do sofrimento causado pela saudade dos familiares, da ausência física e emocional dos membros da família.

“Tinha vontade de bater na minha irmã, porque ela enchia a minha cabeça. Fazia muita coisa e minha mãe só via que eu era errado por ela ser menor.

Dava uma raiva, aí as vezes eu descontava nela, jogava alguma coisa nela, uma sandália. Agora eu vejo. Sinto falta dela, vejo o quanto foi idiotice da minha parte fazer isso.” (Mercúrio)

“Quero voltar a morar com a minha avó. Era só porque eu chegava muito tarde em casa... Morando com minha avó, assim, o que eu penso, eu ia estar um pouco feliz.” (Júpiter)

“Se estivesse com minha avó estaria mais feliz. Se tivesse me comportado estaria com ela.” (Urano)

“Imagino morando com meus irmãos. Eu estou louca para fazer dezoito anos logo para cuidar deles, porque aí já posso pegá-los... Eu antes não sabia o que era uma família de verdade até vir morar com a família de apoio... Antes tudo era igual aquele inferno que eu vivia.” (Rosa)

O desejo de reconstruir a família e a vontade de assumir papéis de muita responsabilidade é presente nas falas de vários jovens. Percebemos que entendem a constituição familiar e a necessidade de reconstruir laços que foram rompidos pelo sofrimento, pela distância e separação, principalmente entre irmãos.

Nessa acepção, podemos compreender esses indicadores como algo que está acontecendo ativamente, e não como características fixas de resiliência, como salienta Cyrulnik (2004, p. 208) ao afirmar que “resiliência não é um catálogo de qualidades que um indivíduo possui; é um processo que do nascimento à morte, nos tece sem cessar com nosso entorno”.

5.5.3 Abrigo Gera uma nova Perspectiva de Superação

As unidades de acolhimento participantes deste estudo são unidades de pequeno porte, que visam manter condições que lembram o ambiente familiar, ou seja, têm o intuito de manter um ambiente acolhedor, que atende as necessidades específicas de cada jovem. Nesse contexto, os relatos dos jovens trazem a presença destas instituições em suas histórias de vida como algo positivo, porque aí vivem parte de sua infância e adolescência e, em vários momentos seus irmãos compartilham da mesma história.

No ambiente dos abrigos os jovens conseguiram retirar oportunidades e possibilidades para suas vidas e as de seus familiares, identificando uma nova visão das situações vivenciadas. Estas unidades de abrigos os auxiliaram a adquirir novas perspectivas diante dos traumas vivenciados:

“Eu gosto da minha mãe, bastante. Eu quero dar um futuro, estou aqui para dar um futuro a ela, um dia... Então, tenho que aproveitar a oportunidade enquanto estou tendo, porque já estou ficando mais velho.” (Mercúrio)

“... Eu tenho que aprender inglês... tenho vontade de morar em Nova York... Tenho vontade de ir a torre de Paris. Desde pequeno tenho vontade de fazer isso.” (Terra)

“Estou tentando estudar para ser bombeiro. Salvar vidas. Aí seria um serviço legal.” (Marte)

Passam a lembrar de sua infância e a sonhar novamente, são novas possibilidades após momentos indesejáveis, conscientizam-se da necessidade do estudo e trabalho para crescimento e conquistas.

“Fiquei seis meses em casa, eu não quis ficar lá. Achei melhor para mim aqui. Melhor estudo, oportunidade de vida. Penso em fazer faculdade de Administração de empresas, por isso voltei. Estou estudando inglês. Em qualquer lugar para mim, tendo oportunidade, vou fazer faculdade. Tento valorizar o máximo possível as oportunidades... Penso que com a minha mãe estaria mais feliz, mas às vezes é bom fazer sacrifício.” (Saturno)

“... Eu vou esperar, vai valer a pena. Fazer minha faculdade aqui, sair daqui diplomado, está bom demais.” (Netuno)

“... Vontade de ir embora daqui já deu várias vezes, mas depois paro e penso, nossa vai ser bom, ano que vem começo a trabalhar, já vou poder morar sozinha. Então vai dar para visitar meus pais no fim de semana, não preciso fugir daqui... Elas arrumam emprego, vão atrás de kit net, essas coisas, barracãozinho pra gente morar. Mas só que acho que vou sair daqui depois de terminar meus estudos. Mesmo que a gente vá embora elas continuam acompanhando você...” (Tulipa)

O jovem consegue repensar as agressões que praticava desenvolvendo assim, mecanismos de superação diante do novo ambiente em que está vivendo.

“Meu pai, minha mãe, eles brigavam muito, então, às vezes, para as pessoas que conversam com a gente, psicólogo, eles pensam que a gente é agressiva, porque vimos àquelas coisas. Não sou agressiva porque vi aquelas coisas, mas sim porque aprendi desde pequena... Antes, bem antes, eu brigava com todo mundo aqui em casa, todo mundo. Todo dia era uma reclamação... E agora não, agora eu sou calma, não brigo com ninguém...” (Tulipa)

A reinserção na sociedade através do trabalho é o desejo de muitos deles, principalmente dos que ultrapassaram a idade de permanência nas instituições. “E agora a minha esperança é só conseguir um serviço, por enquanto, para começar a minha vida...” (Lírio).

Outros fatores de proteção apontados pelos jovens que colaboram para que apresentem recursos positivos de enfrentamento da situação vivida, são as relações interpessoais, o incentivo a reinserção social, o estímulo ao estudo, o acompanhamento profissional. Sendo que, algumas competências desenvolvidas nos jovens podem configurar-se como preceptores de resiliência. Destacando-se a capacidade de ter projetos, a motivação para o futuro, e a capacidade de retornarem a si e a família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde seu surgimento, a instituição abrigo tornou-se objeto de investigação para pesquisadores de várias áreas e não tivemos como intenção findar o tema. Este trabalho teve como objetivo identificar fatores de proteção neste cenário, onde a resiliência surge como um processo construído a partir da interação entre aspectos individuais, o contexto social, as potencialidades dos acontecimentos da vida e dos fatores de risco e proteção.

Observou-se que a capacidade de resiliência depende de características individuais e ambientais e que podem variar considerando as circunstâncias vividas. Também pode ser compreendida de uma maneira dinâmica e relativa, sendo que as pessoas não são resilientes em todos os momentos e em todas as situações da vida, já que, fatores resilientes foram identificados em todos os jovens que participaram do estudo.

As diferentes representações sociais verificadas revelaram os motivos que levam à institucionalização do jovem, ocupando local de destaque a violência e o uso de substâncias entorpecentes. Mediante os processos geradores da institucionalização, os jovens designam inúmeras interpretações, através das quais tentam compreender e explicar a violência à qual foram inseridos.

A maioria das crianças possui familiares com algum envolvimento com drogas, o uso dessas substâncias esteve associado à violência em praticamente todos os relatos. Entre as consequências dessa violência podemos destacar a reprovação e desinteresse escolar e crianças em situação de rua. Além da violência intrafamiliar e direcionada ao jovem, identificamos casos de impossibilidade de cuidados, por prisão do responsável ou pelo surgimento de um novo companheiro no lar.

O jovem traz em seus relatos a dificuldade em se relacionar com familiares, o desinteresse nos estudos e no trabalho, além do envolvimento com drogas e até tráfico. O que nos faz refletir se os jovens ancoraram suas representações em ações negativas de violência, por meio da delinquência e da violência doméstica manifestada de forma física e emocional.

Buscou-se acessar o mundo de significados expressos pelos jovens desde a sua chegada à unidade de acolhimento. Sendo que não é possível retornarmos ao

passado e registrar os sentimentos dos jovens durante os momentos de sofrimento, mas temos a oportunidade de buscarmos a forma que veem o mundo hoje e como o abrigo auxiliou na construção de suas próprias representações sociais.

Cabe reforçar o valor indiscutível do papel da rede de suporte social para o favorecimento dos processos de resiliência nesses ambientes. Portanto, é importante que os profissionais das instituições de acolhimento busquem promover apoio diversificado e interações que visem ao bem incondicional do adolescente institucionalizado, apresentando capacidade para estabelecer relações com comprometimento e disponibilidade afetiva, constituindo relações positivas. Principalmente neste momento em que estamos vivenciando problemas sociais que exigem respostas concretas ao abandono, à institucionalização e ao desrespeito à infância e juventude no Brasil.

Os fatores de proteção e as possibilidades de desenvolvimento superaram nossas expectativas de pesquisa, nossos sujeitos nos surpreenderam com a descrição de novas possibilidades de desenvolvimento profissional e suas visões acerca de si mesmos e de suas famílias para o futuro. A oportunidade de auxiliar a família, principalmente financeiramente, e de reconstruir os laços familiares é desejo de praticamente todos os jovens.

As possibilidades apresentadas aos jovens abrigados, tais como formação profissional e a oportunidade de trabalho proporcionam ao imaginário desses jovens esperança e certeza em um futuro melhor, com a ausência da violência e da escassez de alimentos. A nova realidade indicou que é possível a recuperação desses jovens, e destaca-se neste processo, a importância dos vínculos afetivos, tanto com os familiares quanto com as pessoas que trabalham no abrigo, nas escolas e nos locais que esses jovens frequentam.

Na busca de uma mudança real de paradigmas, são necessários programas sociais que visem o atendimento das problemáticas relacionadas à infância e juventude. É necessário desenvolver projetos que envolvam a família, buscando compreender formas de fortalecer os vínculos familiares, rompendo com o processo de institucionalização de tantas crianças e adolescentes. A família sempre deve ser entendida como espaço privilegiado de convivência e permanência dos filhos, salvo casos de violência doméstica em que, para a garantia da proteção física e emocional da criança ou adolescente, sua retirada do lar seja inevitável.

Os abrigos não só permitem o convívio com os familiares, mas proporcionam visitas ao abrigo, ligações telefônicas e no abrigo feminino as freiras acompanham as visitas das jovens aos familiares. No Lar Rancho Novo Horizonte alguns jovens têm liberdade para frequentar os lares de seus familiares a qualquer momento. Vale salientar que isso ocorre de acordo com o comportamento do jovem, tempo de institucionalização e participação nas atividades do Lar.

A busca por manutenção e restauração dos laços familiares é uma constante nas instituições de acolhimento e esse contato é relatado com felicidade pelos jovens, mesmo diante de alguns conflitos que ainda vivenciam. Mesmo o abrigo sendo um “lugar melhor”, “pedacinho do céu”, “lugar bom, muito bom”, durante os relatos é possível perceber a necessidade da manutenção de sua identidade e a família se torna fundamental neste processo.

Desta forma, podem-se compreender as experiências apresentadas pelos jovens, durante a institucionalização, como aspectos de enfrentamento saudável. É possível identificar agentes promotores de resiliência na categoria Possibilidade de Superação, neste momento descrevem as superações, seus projetos e sonhos para o futuro, em diversos momentos repensam os vínculos familiares, destacando fatores resilientes. Vale salientar a capacidade dos jovens de superação com o auxílio do suporte social oferecido pelos abrigos.

As unidades de acolhimento são espaços benéficos para o desenvolvimento dos jovens, pois conseguem favorecer o estabelecimento de novos vínculos afetivos, além de proporcionar contato com uma estrutura organizada. Os abrigos possuem características que podem enriquecer os processos de resiliência dos jovens, auxiliando na superação dos efeitos dos riscos pessoais e sociais.

O desenvolvimento desses jovens ocorre de forma correta (aprendizagem de novos comportamentos, seguimento de regras, redução da agressividade, criação de vínculos afetivos, socialização, ampliação das habilidades pessoais, revisão de comportamentos negativos anteriores a institucionalização, possibilidade de estudo e trabalho). A alteração no comportamento ocorre pela influência positiva desse ambiente, sendo um espaço social de desenvolvimento. Podemos verificar isso através do fato dos jovens desejarem continuar vivendo no abrigo, mesmo após oportunidade de retorno ao ambiente familiar.

É necessário destacarmos que nas entrevistas os fatores de proteção das instituições pesquisadas se sobrepõem aos fatores de risco. Dessa forma esse

microsistema se destaca por possibilitar o desenvolvimento saudável e poder favorecer os processos de resiliência desses jovens. Vale destacar um diferencial do Lar Rancho Novo Horizonte, onde os jovens são incentivados a estudar inglês diariamente, além de terem a oportunidade de realizar viagens a países estrangeiros e poderem estudar em outros países. O apoio direcionado aos jovens pode favorecer condições de aprendizagem diferenciadas, para eles, o abrigo constitui um fator para o seu desenvolvimento.

Uma formação direcionada à aprendizagem de ofício e inserção no mercado de trabalho é a visão predominante na Casa Talitha Kum, que recebe crianças e adolescentes do sexo feminino. As freiras acompanham as jovens durante o período de institucionalização e após a saída das mesmas do abrigo. As duas instituições apresentam fatores de resiliência que podem abrir novos horizontes para repensar propostas de atendimento aos jovens em situação de institucionalização e medidas que atendam suas necessidades e possibilitem novas perspectivas aos jovens e suas famílias.

Dessa forma, faz-se necessário novos estudos que proporcionem maior conhecimento sobre a capacidade adaptativa do ser humano, que podem colaborar de forma mais efetiva com os sistemas de acolhimentos institucionais. Além disso, é importante pensar em estratégias para a promoção de processos de resiliência no contexto da institucionalização, favorecendo circunstâncias geradoras de enfrentamento das adversidades e dos fatores de proteção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, I. C. **O cotidiano de um abrigo para crianças e adolescentes**: uma simplicidade complexa. 201 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ARPINI, D. M. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. **Rev. Psicologia Ciência e Profissão**, v. 21, n. 3. p. 70-75, 2003.

BERNARDI, D. C. F. **Cada caso é um caso**: estudos de caso, projetos de atendimento. 1. ed. São Paulo: Associação Fazendo História, 2010.

BLEGER, J. **Psico-higiene e Psicologia Institucional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília: Ministério da Justiça, 1990.

_____. Constituição (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Política Nacional de Assistência Social, 22 de setembro de 2004. Brasília/DF: MDS, 2004.

_____. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009**. Brasília/DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm>. Acesso em 01 de abril 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática em serviço. Secretaria de Políticas de Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012. Publicada no DOU nº 12 – 13 de junho de 2013 – Seção 1 – Página 59** Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>> Acesso em: 01 de abril 2014.

BRITO, R. C.; KOLLER, S. H. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In: A. M. Carvalho, (Org.). **O mundo social da criança**: natureza e cultura em ação. São Paulo: Casa do psicólogo, p. 115-129, 1999.

CARREIRÃO, U. L. **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Enid. Rocha Andrade e Silva (Coord.). Brasília: IPEA/Conanda, 2004. 416 p.

CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CASA “TALITHA KUM”. 2013.

CAMARGO, M. L. A adoção tardia no Brasil: desafios e perspectivas para o cuidado com crianças e adolescentes. In: **Simpósio Internacional do Adolescente**, 2, 2005, São Paulo. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200013&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 13 Jan. 2014.

CAVALCANTE, L. I. C. Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. **Rev. Mal-Estar e Subjetividade** – Fortaleza, v. VII, p. 329-352, 2007.

CAVALCANTE, L. I. C.; SILVA, S. S. da C.; MAGALHÃES, C. M. C. Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. **Rev. Mal-Estar e Subjetividade** – Fortaleza, v. 10, n. 4, dez. 2010.

CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHÃES, C. M. C.; PONTES, F. A. R. Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. **Rev. Mal-Estar e Subjetividade** – Fortaleza, v. 7, n. 2, set. 2007.

CONANDA. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Encontros de articulação do CONANDA com os Conselhos Tutelares. Brasília: CONANDA, 2000.

CUSTÓDIO, A. V. **Direito da criança e do adolescente**. Criciúma, SC: UNESC, 2009.

CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada**: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CYRULNIK, B. **Resiliência, essa inaudita capacidade de reconstrução humana**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

_____. **Os patinhos feios**. 1. ed. Tradução: Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DELL'AGLIO, D. D. **O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes**. (Tese de Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2000.

DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. A pesquisa psicológica sobre violência no microsistema familiar. In: S. H. Koller (Org). **Ecologia do desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 311-336.

DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. O psicólogo ecológico no contexto institucional: uma experiência com meninas vítimas de violência. **Psicologia, ciência e profissão**, v. 21, n. 1, p. 14-29, 2001.

FAGGIONATO, S. **Percepção Ambiental**. Disponível em <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html>. Acesso em: 15 de maio 2013.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FORMIGA, N. S. Predição do rendimento escolar a partir dos hábitos de lazer em jovens. **Rev. Científica Eletrônica de Pedagogia**, ano IV, n. 7, p. 1-16, jan. 2006.

GIFFIN, K. Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. **Cad. Saúde Pública**, v.18, p. 103-112, 2002.

GUIMARÃES, C. P. **Suporte social como mediador de resiliência em adolescentes institucionalizadas**: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa Stricto Sensu em Psicologia, 2012.

GUIRADO, M. **Instituição e relações afetivas** - o vínculo com o abandono. Ed. revisada e ampliada. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

GROSSI, R.; PARTALA, L. I. Z.; KAMINSKI, C. R. Aspectos Psicológicos em Crianças institucionalizadas vítimas de violência doméstica. **Iniciação Científica Cesumar**, Maringá, v. 6, n. 1, p. 37-44, jan./jun., 2004.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

INFANTE, F. **A resiliência como processo**: uma revisão da literatura recente. Porto Alegre: Artmed, 1997.

ISMAEL, S. M. C. **Temas de prevenção, ensino e pesquisa que permeiam o contexto hospitalar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

JAUCZURA, R. Abrigo para crianças e adolescentes como medida de proteção: uma controvérsia. **Rev. de Políticas Públicas**, v. 12, n. 1, p. 99-106, jan./jun. 2008.

JUNQUEIRA, M. F. P. S.; DESLANDES, S. F. Resiliência e maus-tratos à criança. **Cad. de Saúde Pública**, v. 19, n. 1, p. 227-235, jan-fev. 2003.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K; NASCIMENTO, M. G. do; SOUZA, S. N. P. de O.; BORGES FILHO, F.; SILVA, D.; LABAKI, L.; PINA, S. M.; BERARDI, N. **Divulgação do Conhecimento em Conforto ambiental**. ENCAC – São Paulo/SP, 2001.

LIBORIO, R. M. C.; UNGAR, M. Resiliência oculta: a construção social do conceito e suas implicações práticas profissionais junto a adolescentes em situação de risco. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 23, 2010.

MASTEN, A. S.; GEWIRTZ, A. H. Resiliência no desenvolvimento: a importância da primeira infância. **Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância**, 2011. Disponível em: <<<http://www.encyclopedia-crianca.com/documents/MastenGewirtzPRTxp1.pdf>>>. Acesso em 07 jul. 2013.

MASTEN, A. S. Ordinary magic: resilience processes in development. **American Psychologist**, v. 56, n. 3, p. 227-238, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

NJAINE K.; MINAYO, M. C. S. A violência na mídia como tema da área da saúde pública: revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 9, n. 1, p. 201-211, 2004.

OLIVEIRA, L. F. **Reflexões sobre a Política de Abrigo e as Práticas de Acolhimento Institucional para Adolescentes no Município do Rio de Janeiro**. 165 f. (Dissertação de Mestrado) – Rio de Janeiro, PUC, Departamento de Serviço Social, 2006.

OMS - Organização Mundial de Saúde. **Criança e adolescente saúde e desenvolvimento** [Internet]. Genebra; 2004 [citado 2009 atrás. 9]. Disponível em: http://www.who.int/child-adolescent-health/OVERVIEW/adh_over.htm Acesso em: 13 Jan. 2014.

PAGANINI, J. O direito a convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente: Uma análise a partir da Lei 12.010/09. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 84, jan, 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8861>. Acesso em 15 de jan. 2014.

PEREIRA, T. S. O cuidado como valor jurídico. In: PEREIRA, Tânia da Silva e PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coord.). **A ética da convivência familiar e sua efetividade no cotidiano dos tribunais**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

POLETTI, M. **Resiliência de crianças em contextos de desenvolvimento diversos: família e instituição**. (Dissertação Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PORTO, A. M.; SZORTYKA, A. M.; HEIDRICH, A. V. A saúde mental permeando o desacolhimento de adolescentes dos abrigos institucionais da cidade de Pelotas: um relato de experiência. **J Nurs Health**, 2, p. 276-283, 2012. Disponível em: <<http://www2.ufpel.edu.br/revistas/index.php/enfermagemesaude/article/viewFile/259/206>>. Acesso em 17 ago. 2013.

PRADA, C. G. **Avaliação de um programa de práticas educativas para monitoras de um abrigo infantil**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, v. 12, n. 2, p. 247-256, Maringá, mai/ago, 2007.

QUINTILIANO, A. M. L. **Socialização e religiosidade dos adolescentes: será possível a construção de um novo sujeito social?** Mestre em Ciências da Religião, p.

1-16, 2008 – PUC-SP. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/quintiliano-angela.pdf>> Acesso em 10 nov. 2013.

RABELLO, P. M.; CALDAS JUNIOR, A. de F. Violência contra a mulher, coesão familiar e drogas. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 6, p. 970-978, 2007.

RANCHO NOVO HORIZONTE LAR DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES. 2013.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SANTANA, J. P.; MELO, T. L.; KOLLER, S. H.; FROSI, R. V. Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. **Psicologia e Sociedade**, 16: (2); 59;70, 2004.

SARTORELLI, J. B. **Condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo**: a percepção pelos jovens e pelas crianças e os processos de gestão dessas condições pelos que cuidam da instituição. (Dissertação de Mestrado). Mestrado em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2004.

SAPIENZA, G.; PEDROMONICO, M. R. M. Risco, Proteção e Resiliência no Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 209-216, mai/ago. 2005.

SEQUEIRA, V. C. Resiliência e abrigos. **Bol. - Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 29, n. 1, jun. 2009.

SILVA, M. H. D. Crianças e jovens a cargo de instituições: Riscos reversíveis/irreversíveis. In: M. H. D. Silva; A. C. Fonseca; L. Alcoforado; M. M. Vilar; C. M. Vieira (Eds.) **Crianças e jovens em risco**: da investigação à intervenção. Coimbra: Almedina, p. 83-113, 2004.

SILVA, E.; MOTTI, A. **Uma década de direitos**: estatuto da criança e do adolescente - avaliando resultados e projetando o futuro. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. In: **Serviço social e sociedade**. São Paulo: Cortez, revista quadrimestral de Serviço Social, ano XXIII, n 71, set. 2002.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa Qualitativa**: Técnicas e Procedimentos para o Desenvolvimento da Teoria Fundamentada. Porto Alegre: Artmed, 2008.

STAMM, M.; MIOTO, R. C. T. Família e cuidado: uma leitura para além do óbvio. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 2, n. 2, p. 161-168, jul./dez., 2003.

TABOADA, N. G.; LEGAL, E. J.; MACHADO, N. Resiliência: em busca de um conceito. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 16, n. 3, p. 104–113, 2006.

WEBER, L. N. D. **Pais e filhos por adoção no Brasil** - características, expectativas e sentimentos. Curitiba: Juruá, 2002.

WEBER, L. N. D. DESSEN, M. A. **Pesquisando a Família** – Instrumentos para Coleta e Análise de Dados. Curitiba: Juruá, 2009.

YUNES, M. A. M. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, num. esp., p. 75-84, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO DO ADOLESCENTE

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
MESTRADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SAÚDE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir e caso aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em qualquer momento estaremos disponíveis para prestar esclarecimentos e responder às dúvidas que venha ter. Em caso de recusa você não sofrerá penalidades. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO, pelos telefones (62) 3946-1512 – cep@pucgoias.edu.br

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título da pesquisa: “Resiliência em adolescentes abrigados”.

Pesquisador Responsável: Juliana Burgo Godoi Alves

Orientador: Prof. Dr. Luc Vandenberghe

Telefone para contato: (62) 9297-8907 / (62) 3287-1926

E-mail: julianaenfermagem@unip.br ou enfermagemgoiania@unip.br

Os procedimentos que serão adotados obedecem aos Critérios de Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Este documento de nome estranho – “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Adolescente” – é, na verdade, um papel que explica o que vamos fazer durante esta pesquisa e quais são seus direitos de participante.

Depois de lermos juntos você poderá mostrar para seus responsáveis ou para um amigo antes de assiná-lo e dizer que você quer participar e me ajudar neste trabalho.

Mas não fique preocupado (a), pois você também pode mudar de ideia em qualquer momento e desistir das entrevistas, ok?

Esse trabalho busca conhecer qual influência o abrigo pode ter no desenvolvimento de recursos desenvolvidos por você na superação de uma fase traumática na sua vida. Pretende-se produzir novos conhecimentos a respeito dos recursos que você traz consigo e do que o abrigo acrescenta a você.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade que nós, comunidade científica, temos em compreender as influências que o abrigo exerce sobre vocês.

O que será feito?

- A gente vai se encontrar durante todos os dias da próxima semana para fazer as atividades do abrigo. Você não ficará sozinho, seremos eu, você e os outros colegas da Casa Abrigo.
- Depois ficaremos em uma sala separada na Casa Abrigo.

- Enquanto estivermos conversando eu vou gravar a nossa conversa para depois poder ouvir novamente o que falamos.
- Nós vamos nos encontrar algumas vezes durante a pesquisa.
- Caso você não queira que eu participe de alguma atividade da Casa Abrigo, você poderá falar.
- Tudo aquilo que a gente falar nos encontros vai ser guardado por mim de forma bastante segura.
- As suas falas vão ser utilizadas na pesquisa. Mas eu não vou usar seu nome real. Nas pesquisas, a gente costuma inventar um nome diferente para ninguém nos reconhecer.
- Eu não vou falar com ninguém que você conhece sobre o que você irá me falar durante as entrevistas.
- Não serão realizados procedimentos invasivos ou testes de nenhum tipo de produto.

Todos os procedimentos serão realizados com ética e responsabilidade e serão acompanhados pelo meu Orientador.

Eu, _____, portador (a) do RG/CPF _____, idade _____ anos, concordo em participar da pesquisa “Resiliência em adolescentes abrigados” que será realizada nesta instituição pela pesquisadora e mestranda Juliana Burgo Godoi Alves.

Declaro que fui informado (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto gere qualquer penalidade.

Entrevistado participante

Orientador: Prof. Dr. Luc Vandenberghe

Pesquisadora: Juliana Burgo Godoi Alves

_____, ____/____/ 2013.

ARRUDA, I. C. *Termo de Consentimento* (2006). Modificado pela pesquisadora.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO – RESPONSÁVEIS PELO ADOLESCENTE

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
MESTRADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SAÚDE

O adolescente está sendo convidado a participar como voluntário em uma pesquisa e viemos pedir sua autorização para que ele possa nos conceder algumas entrevistas. Após ser esclarecido (a) e no caso de aceitar que o adolescente abrigado participe do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em qualquer momento estaremos disponíveis para prestar esclarecimentos e responder às dúvidas que surgirem. Em caso de recusa você ou o adolescente não serão penalizados. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO, pelos telefones (62) 3946-1512 – cep@pucgoias.edu.br

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título da pesquisa: “Resiliência em adolescentes abrigados”.

Pesquisador Responsável: Juliana Burgo Godoi Alves

Orientador: Prof. Dr. Luc Vandenberghe

Telefone para contato: (62) 9297-8907 / (62) 3287-1926

E-mail: julianaenfermagem@unip.br ou enfermagemgoiania@unip.br

Os procedimentos que serão adotados obedecem aos Critérios de Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

O objetivo deste trabalho é conhecer qual influência o abrigo pode ter no desenvolvimento de recursos pelo adolescente na superação de uma fase traumática na sua vida. Pretende-se produzir novos conhecimentos a respeito dos recursos que o adolescente traz consigo e do que o abrigo acrescenta aos adolescentes abrigados.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade que nós, comunidade científica, temos em compreender as influências que o abrigo exerce sobre os adolescentes.

As entrevistas serão realizadas em local apropriado no abrigo. As entrevistas acontecerão individualmente com cada jovem em dois ou mais encontros. Contará como auxílio de um gravador. Antes da pesquisadora iniciar a realização das entrevistas, no período de uma semana, serão realizados encontros diários durante as atividades do abrigo, para que os adolescentes possam familiarizar-se e para que possam estabelecer um bom relacionamento com a entrevistadora. Durante esses encontros, a pesquisadora também reunirá dados que a informarão a respeito da linguagem e do nível de compreensão dos informantes.

O instrumento utilizado terá em sua composição parte do questionário de investigação geral para crianças abrigadas desenvolvido por Weber (2009) (Anexo I).

A participação na pesquisa é voluntária, ou seja, não haverá em hipótese alguma, despesas ou compensações financeiras, remuneração ou favorecimento pessoal, aos adolescentes participantes em qualquer fase do trabalho.

O trabalho poderá gerar constrangimento diante de certas vivências relacionadas ao trauma vivenciado anteriormente, diante das causas da institucionalização ou de outras vivências. Como precauções a pesquisadora irá realizar a coleta em ambiente seguro, sala reservada evitando possíveis constrangimentos ao adolescente. A sala separada com isolamento acústico, sem objetos de risco, com porta proporcionando liberdade para o adolescente falar. Será encaminhado à enfermaria se tiver algum incômodo, nas instituições que não tiverem enfermaria os adolescentes serão atendidas pela pesquisadora. Caso ocorram prejuízos aos sujeitos os mesmos serão encaminhados à clínica de psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, nesse local serão acompanhados por profissionais.

A pesquisadora assume total responsabilidade pela pesquisa e garante total assistência aos sujeitos que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento. Garante o ressarcimento integral por qualquer despesa que tenha o entrevistado e indenizado caso ocorra algum tipo de dano, sendo que jamais será exigido a renúncia à indenização.

Não serão realizados procedimentos invasivos ou testes de nenhum tipo de produto.

Concluída a pesquisa, o resultado será apresentado às Instituições.

A pesquisadora garante sigilo absoluto ao participante, utilizando-se de nomes fictícios e a utilização dos dados obtidos será apenas para os objetivos da pesquisa.

As entrevistas ocorrerão de setembro a outubro de 2013 pela própria pesquisadora, que irá gravar as entrevistas, que serão transcritas posteriormente. As entrevistas serão gravadas através do gravador digital Sony PX312. As fitas gravadas e as transcrições serão armazenadas em armário com cadeado na residência da pesquisadora e serão incineradas ao completar cinco anos da realização da pesquisa.

O participante poderá retirar sua participação da pesquisa a qualquer momento que desejar, sem necessitar fornecer explicações e não sofrerá pressão alguma ou será penalizado por parte do pesquisador ou da Instituição.

Todos os procedimentos serão realizados com ética e responsabilidade e serão acompanhados pelo Orientador.

Eu, _____, portador (a) do RG/
CPF _____, responsável pela criança
_____, de idade _____ anos, abrigada
na Instituição _____, autorizo o referido adolescente a
participar da pesquisa "Resiliência em adolescentes abrigados" que será realizada nesta instituição
pela pesquisadora e mestrandia Juliana Burgo Godoi Alves.

Declaro que fui informado (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto gere qualquer penalidade.

(Nome legível da Direção da Casa Abrigo)

Orientador: Prof. Dr. Luc Vandenberghe

Pesquisadora: Juliana Burgo Godoi Alves

_____, ____/____/2013.

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO GERAL PARA CRIANÇAS ABRIGADAS

1ª PARTE - ENTREVISTA COM O RESPONSÁVEL PELO ABRIGO

I Dados pessoais do adolescente:

1. Gênero: 1. () feminino 2. () masculino
2. Cor da pele: 1.() amarela 2. () branca 3. () negra 4. () parda
3. Data de nascimento: ___/___/_____
4. Data do abrigamento: ___/___/_____
5. Estado atual de saúde da criança e saúde quando chegou ao abrigo. Tinha lesões corporais? Fez exame de lesões corporais? Fez outros exames?
6. Cidade de origem da criança? Se está abrigada em cidade diferente da de origem, qual o motivo?

II Dados sobre o abrigamento:

7. Quem trouxe a criança para o abrigo?
8. Quem fez a denúncia ou qual foi o motivo do encaminhamento para o abrigo?
9. Este é o primeiro abrigo onde a criança mora? 1. () Sim 2. () Não.
10. Se este não é o primeiro abrigo, em quantos já morou? Quais foram?
11. Qual motivo? Reincidência? Troca de instituição?
12. Se este não foi o primeiro abrigo, que idade tinha quando foi para uma instituição pela primeira vez?

III Dados sobre a família biológica e sobre o motivo do abrigamento:

Família: descrever situação familiar, estado civil dos pais; se a criança vivia com parentes, se tem irmãos etc., a situação socioeconômica dos pais (descrever a profissão, escolaridade etc). Anotar em anexo.

13. Idade: Mãe:___ Pai:___ Outros com quem vivia:___ Irmãos (gênero, idade):_____
14. Irmãos são (ou foram) abrigados também?
15. Qual o motivo pelo qual veio a criança foi abrigada? (descrever toda a história – se for maus tratos, descrever tudo, quem batia – mãe e/ou pai e/ou outro; violência física e/ou sexual e/ou negligência; motivo, quando, como, com que frequência; violência psicológica, brigas, humilhações etc.) Anotar em anexo.
16. Os pais vêm visitar a criança ou vinham visitar e deixaram de vir?
 1. () Sim. Quem?_____ 2. () Não
 3. () Recebia visitas, mas não recebe mais. De quem?_____
17. Se ela recebe ou recebia visitas, qual a frequência? (semanais, mensais, anuais)_____
18. Há quanto tempo recebeu sua última visita?
19. Recebe visitas de outras pessoas ou algum parente?
 1. () Não 2. () Sim, De quem?_____
20. Qual era o comportamento comum das visitas e da criança no período em que ficavam juntos? Qual era o comportamento da criança quando eles iam embora?
21. Se criança maior, a criança sabia que viriam visitá-la?
22. Pais foram destituídos do Poder Familiar?
23. Qual foi o laudo para o abrigamento?

2ª PARTE – ENTREVISTA COM O ADOLESCENTE

IV Percepção da própria história:

24. Como é morar aqui no (nome da instituição)? Você vai a outros lugares fora daqui? O que mais você gosta de fazer?
25. Você tem amigos?
26. Se você tem amigos, quem são eles?

27. O que é um amigo para você?
28. Por que você veio morar aqui?
29. Você se lembra quem te trouxe para cá?
30. Se você se lembra, como foi quando o trouxeram pela primeira vez a um Lar/abrigo?
31. Você já teve vontade de fugir daqui? Tem vontade de ir embora? Gostaria de ir para onde? Por quê? _____
32. Quando você foi morar pela primeira vez em um abrigo, tinha alguma pessoa de quem você gostasse mais e de quem você ficava perto?
33. Se sim, quem era?
34. Se sim, por que você gostava mais dessa pessoa?
35. Se sim, ela trabalha aqui ou vem te visitar?
36. Se sim, você sente falta dela?
37. Tem alguma pessoa aqui onde você mora com a qual você é mais apegado? Por quê? (Se esta é a primeira instituição em que a criança está morando, ignorar essa pergunta, pois já foi feita anteriormente).

V Dados sobre a família biológica na percepção da criança abrigada:

38. Você conhece/lembra seus pais ou alguém da sua família?
39. Seus pais vêm visitá-lo ou eles vinham visitá-lo e deixaram de vir? _____
Se a criança recebia visitas:
40. Quantas vezes foram? (toda semana, uma vez por mês, uma vez por ano.....) _____
41. Há quanto tempo você recebeu sua última visita?
42. Você recebe visitas de outras pessoas ou algum parente?
43. O que você pensa sobre seus pais? O que você sente por eles? _____
44. Se você se lembra, como era sua vida com sua família?
45. Como você imagina que seria sua vida se estivesse morando com eles? (Você acha que estaria mais feliz ou menos feliz se estivesse com eles?) Por quê? _____

Weber, L. (2009)

APÊNDICE D - OFÍCIO DO JUIZ – GOIÂNIA



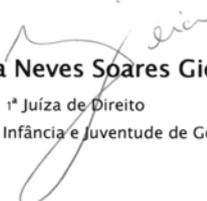
tribunal
de justiça
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA
JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO a pesquisadora JULIANA BURGO GODOI ALVES a ingressar na CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE THALITA KUM, para efetuar coleta de dados com a finalidade única de alimentar projeto de pesquisa intitulada *Rsiliência em Adolescentes Abridados, com a ressalva de que não poderão ser coletadas imagens diretas dos adolescentes, tampouco poderão ser divulgados/veiculados quaisquer dados que gerem a exposição dos mesmos, nos termos do artigo 17,¹ do Estatuto da Criança e do Adolescente.*

Goiânia, 29 de maio de 2013.


Mônica Neves Soares Gioia

1ª Juíza de Direito
Juizado da Infância e Juventude de Goiânia

1 Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade:
Art. 17 – ECA. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

APÊNDICE E - OFÍCIO DO JUIZ – CRISTIANÓPOLIS



Giuto. Encaminho via email, autografado pesquisadora. Ofício ao Administrador do Raulino do no Hospital solicitando cooperação bem como informando o dado da pesquisadora para eventual contrato. Anexo 2 e cópia deste despacho nos comunicados. Sua Voz, 04.06.13

Goiânia, 28 de maio de 2013

Ofício nº 001-2013

**A Sua Excelência o Senhor
Dr. Nivaldo Mendes Pereira
Juiz da Infância e Juventude da Comarca de Cristianópolis-GO**

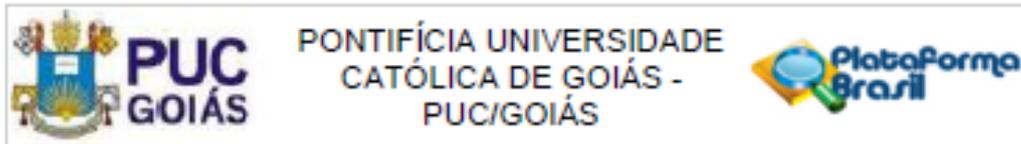
Senhor Juiz:

Em atendimento às questões ético-legais, o projeto de pesquisa intitulado **“Resiliência em Adolescentes Abridados”** será encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, atendendo as especificidades preconizadas pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Para encaminhamento do referido projeto de pesquisa peço a V. Excia avaliação do projeto em anexo.

O objetivo deste trabalho é conhecer qual influência o abrigo pode ter no desenvolvimento de recursos pelo adolescente na superação de uma fase traumática na sua vida. Identificar quais recursos o adolescente traz consigo e abordar o que o abrigo acrescenta aos adolescentes abrigados.

Entender a compreensão que o adolescente tem do seu ambiente pode ajudar a desenvolver práticas cotidianas mais próximas das necessidades de adolescentes abrigados. Contribuindo para possíveis intervenções junto às famílias dos abrigados e educadores auxiliando-os na (re) inserção dos adolescentes e oferecendo indicativos que possam gerar mudanças no interior da mesma.

APÊNDICE F - PARECER CONSUBSTANCIADO Nº 448.858



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Resiliência em Adolescentes Abridados

Pesquisador: Juliana Burgo Godoi Alves

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 08435613.3.0000.0037

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC/Goiás

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 448.858

Data da Relatoria: 28/08/2013

Apresentação do Projeto:

O Projeto se refere a uma pesquisa para a elaboração de uma dissertação de mestrado em Ciências Ambientais e Saúde da PUC Goiás, conduzida sob supervisão do prof. Luc Vandenberghe (correção das pendências)

Objetivo da Pesquisa:

Conhecer qual influência o abrigo pode ter no desenvolvimento de recursos pela criança na superação de uma fase traumática na sua vida.

Objetivo Secundário:

a) Identificar quais recursos a criança traz consigo. b) Abordar o que o abrigo acrescenta às crianças abrigadas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios foram corrigidos segundo o parecer do CEP

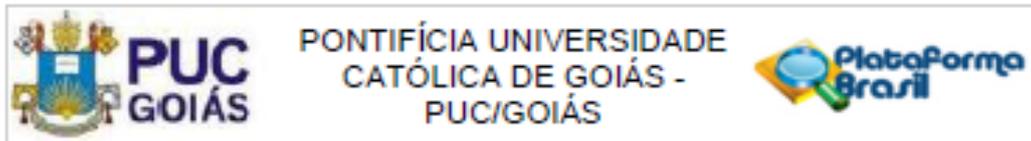
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisadora esclareceu, a pedido do Cep

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Tudo que foi indicado pelo CEP para ser esclarecido foi contemplado neste projeto restaurado

Endereço: Av. Universitária, N.º 1.089
 Bairro: Setor Universitário CEP: 74.605-010
 UF: GO Município: GOIÂNIA
 Telefone: (62)3948-1512 Fax: (62)3948-1070 E-mail: cep@pucgoias.edu.br



Continuação do Parecer: 446.050

Recomendações:

Foi providenciado autorização do Juiz conforme pedido

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Depois de restaurado o projeto e respondido as questões do CEP

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

GOIANIA, 06 de Novembro de 2013

Assinador por:
Dwain Phillip Santee
(Coordenador)

Endereço: Av. Universitária, N.º 1.089
 Bairro: Setor Universitário CEP: 74.605-010
 UF: GO Município: GOIANIA
 Telefone: (62)3946-1512 Fax: (62)3946-1070 E-mail: cep@pucgoias.edu.br

APÊNDICE G - CARTA DE AUTORIZAÇÃO CASA TALITHA KUM



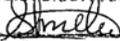
CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CASA "TALITHA KUM" "Acolhendo e despertando vida"

Declaração

Declaro ter lido e concordar com o projeto de pesquisa Resiliência em Crianças Abridadas de responsabilidade da pesquisadora Juliana Burgo Godoi Alves e declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar. Estou ciente que a execução deste projeto dependerá da aprovação do mesmo pelo CEP da instituição proponente, mediante parecer ético consubstanciado e declaração de aprovação.

Goiânia, 08 de dezembro 2012.

CCA Talitha Kum
CNPJ: 36.975.357/0001-32


Silvana de Sena Melo
Cristina de Sena Melo

Diretora da Casa Talitha Kum

"Assinatura e carimbo do responsável institucional"

APÊNDICE H - CARTA DE AUTORIZAÇÃO RANCHO NOVO HORIZONTE



Declaração

Declaro ter lido e concordar com o projeto de pesquisa Resiliência em Crianças Abrigadas de responsabilidade da pesquisadora Juliana Burgo Godoi Alves e declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar. Estou ciente que a execução deste projeto dependerá da aprovação do mesmo pelo CEP da instituição proponente, mediante parecer ético consubstanciado e declaração de aprovação.

Goiânia, 28 de Novembro de 2012.

Edinaldo Ferreira de Sousa – Assistente Administrativo – Rancho Novo Horizonte Lar das Crianças e Adolescentes

